

Conhecer seu Mundo

Os geógrafos e os saberes geográficos nos congressos internacionais:
especialidades e geografismos

Connaître son Monde : Les géographes et les savoirs géographiques en congrès internationaux : spatialités et géographismes

Conocer su mundo. Los geógrafos y los saberes geográficos en los congresos internacionales: especialidades y geografismos

Knowing their world. Geographers and geographical knowledge in the international congresses: spatialities and geographisms

Die eigene Welt kennen. Die Geographen und das geographische Wissen in internationalen Tagungen: Räumlichkeiten und Geographismen

Marie-Claire Robic

Translator: Breno Viotto Pedrosa



Electronic version

URL: <http://terrabrasilis.revues.org/900>

DOI: 10.4000/terrabrasilis.900

ISSN: 2316-7793

Publisher

Laboratório de Geografia Política -
Universidade de São Paulo, Rede Brasileira
de História da Geografia e Geografia
Histórica

Electronic reference

Marie-Claire Robic, « Conhecer seu Mundo », *Terra Brasilis (Nova Série)* [Online], 2 | 2013, posto online no dia 21 Junho 2013, consultado o 30 Setembro 2016. URL : [http://terrbrasilis.revues.org/900](http://terrabrasilis.revues.org/900) ;
DOI : 10.4000/terrbrasilis.900

The text is a facsimile of the print edition.

Conhecer seu Mundo

Os geógrafos e os saberes geográficos nos congressos internacionais:
espacialidades e geografismos

Connaître son Monde : Les géographes et les savoirs géographiques en congrès internationaux : spatialités et géographismes

Conocer su mundo. Los geógrafos y los saberes geográficos en los congresos internacionales: espacialidades y geografismos

Knowing their world. Geographers and geographical knowledge in the international congresses: spatialities and geographisms

Die eigene Welt kennen. Die Geographen und das geographische Wissen in internationalen Tagungen: Räumlichkeiten und Geographismen

Marie-Claire Robic

Translation : Breno Viotto Pedrosa

EDITOR'S NOTE

A presente é a tradução ao português do artigo publicado neste mesmo número como
Connaître son Monde : Les géographes et les savoirs géographiques en congrès internationaux : spatialités et géographismes

La presente es la traducción al portugués del artículo publicado en este mismo número como
Connaître son Monde : Les géographes et les savoirs géographiques en congrès internationaux : spatialités et géographismes

Cet article est la traduction en portugais de l'article publié dans ce même numéro sous le titre
Connaître son Monde : Les géographes et les savoirs géographiques en congrès internationaux : spatialités et géographismes

This is the Portuguese translation of the paper published in this same issue as *Connaitre son Monde : Les géographes et les savoirs géographiques en congrès internationaux : spatialités et géographismes*

À Mechtild Rössler, pelo dossiê dos arquivos que ela compôs (Londres, Washington, Berkeley) para nosso livro coletivo sobre a história dos congressos internacionais de geografia e da UGI, e que foram depositados com a equipe E.H.G.O. (Paris).

Aos autores do livro coletivo *Géographes face au Monde*, principalmente à Béatrice Collignon e à Dominique Volle, das quais eu retomei numerosas análises e dados.

À Luisa Simões por sua preciosa colaboração. E a Breno Viotto Pedrosa pela tradução do artigo, e por sua generosidade.

- 1 O estudo da espacialidade dos saberes tornou-se desde a década de 1990 uma das grandes pistas heurísticas investigadas pela história das ciências. Os historiadores da geografia anglófona, particularmente David Livingstone, estiveram entre os primeiros a explorar as geografias da ciência e os “espaços do saber” (Livingstone, 1995 e 2003; Livingstone, Withers, 2011; Withers, 2007). Na França uma importante série de história dos saberes foi consagrada nos *Lieux de savoir*, sendo o primeiro volume dedicado ao tema “Espaço e comunidades” (Jacob, 2007). Quanto à história da geografia, seja na Renascença, na época do Iluminismo ou no período contemporâneo, a fecundidade da análise espacial ou geográfica não precisa mais para ser demonstrada, como testemunham os trabalhos de outros pesquisadores anglófonos ou francófonos (Besse, 2004). A geografia da geografia constitui um dos quadros da organização de manuais recentes, tal como o dirigido por John A. Agnew e David N. Livingstone, *Geographical Knowledge* (2011).
- 2 Nós mobilizaremos essa abordagem de inscrição espacial dos saberes geográficos¹ aplicando-a ao estudo dos congressos internacionais de geografia². A historiografia da geografia privilegia ainda os quadros nacionais, em uma tradição de história das ciências que é sensível à consistência das escolas nacionais e dos quadros institucionais, intelectuais e ideológicos que constituem os Estados ou os impérios. Ora, os congressos internacionais formam, desde meados do século XIX, um quadro novo, muito geral e muito institucionalizado de fabricação das ciências. Eles participam de uma mudança de escala que deve, para alguns, colocar essa produção no nível da grande indústria³.
- 3 Para além dos conflitos (interculturais e geopolíticos) que os animaram continuamente, esses são os lugares e as organizações onde foram firmadas as preocupações com uma certa universalidade do conhecimento (Rasmussen, 1995; Feuerhahn, Rabault-Feuerhahn, 2010). Certamente, para os estudiosos e as escolas existentes, os congressos são talvez menos os lugares de criação intelectual do que os lugares “para trocar e para existir” individualmente, coletivamente, internacionalmente (Prochasson, 1989, p. 6). Mas este “internacionalismo” científico (que começa pela metereologia) visa seja ela qual for a disciplina “coordenar e harmonizar as observações locais” (Desrosières, 2000, p. 126) e desdobra-se em uma tensão constante entre o papel político (no sentido amplo) de toda ciência e uma visão do conhecimento “objetiva e neutra” (*Ibid.*).
- 4 Para a geografia, desde um século e meio atrás (o primeiro congresso internacional ocorre em Anvers, em 1871), esse é um dos lugares privilegiados senão de produção, ao menos de negociação, de padronização, de circulação e as vezes de contestação – finalmente da coprodução dos saberes geográficos.

- 5 Nesse contexto internacional, se tratará aqui de explorar alguns ‘efeitos do lugar’ e as espacialidades que puderam *conformar* o desenvolvimento da geografia. Seguiremos principalmente as sugestões de Jean-Marc Besse para tal análise:

“[...] deve-se interrogar sobre as espacialidades, materiais e simbólicas, são trabalhadas e implementadas na produção, na difusão e na recepção das idéias científicas, que em geral na atividade científica são consideradas do ponto de vista social e também do ponto lógico e metodológico” (Besse, 2004, p. 404-405).

- 6 Mais precisamente trabalharemos as três direções de pesquisa que ele propõe:

“ – a organização dos espaços do saber geográfico; – os percursos efetuados concretamente pela informação geográfica no seio desses espaços; – as representações espaciais ou mais exatamente os esquemas espaciais constitutivos do saber geográfico” (Ibid.)

- 7 Longe de estudar tudo o que se poderia examinar em matéria de fabricação dos conhecimentos, nos concentraremos em alguns aspectos das espacialidades dos congressos: a questão da universalidade do espaço delimitado pelos congressos internacionais e as relações entre os centros e periferias que o constituem; entre os espaços colocados em jogo, a questão dos trópicos. Essa categoria do discurso ocidental que constitui uma versão ambientalista do orientalismo (Arnold, 1996) também participa, desde a Antiguidade, dos esquemas geográficos. Os geógrafos, e notadamente os geógrafos franceses, mobilizaram o esquema zonal, desde 1945 até os anos 1970-80, como fundamento de um ramo especial de sua disciplina, a “geografia tropical”. Como o espaço tropical, espaço físico mas também mental, imaginado, simbólico, cognitivo, – segundo a terminologia utilizada por diversos autores contemporâneos – foi apreendido ou mobilizado, configurado e reconfigurado, no passar dos congressos internacionais de geografia? Esses congressos, que são a priori os lugares de especialização geográfica, são os lugares matriciais para as representações mutantes dos trópicos? Existem os lugares privilegiados dessas reconfigurações de esquema na série dos congressos⁴?

1.Os Congressos internacionais como superorganização espacial do saber espacial

“[...] a geografia receberá uma impulso nova, se os esforços isolados feitos há alguns anos em diferentes países poderem se concentrar para assegurar a solução das questões que interessam há muito tempo todos os povos civilizados, tanto em suas aspirações acerca do desenvolvimento marítimo e comercial, quanto nos seus desejos de chegar a um conhecimento mais completo do mundo que nós habitamos”
 (Atas, Anvers, 1872)

1.1.A geografia, uma ciência de rede de informações dispersas

- 8 A geografia se destaca do grupo de ciências que S. Harris (1998) chama as “big sciences” no sentido em que, diferente de uma ciência de laboratório, ela é uma atividade de pesquisa que cobre um vasto espaço, a terra inteira, e necessita de um grande número de viajantes ou de observadores dispersos, capazes de mobilizar até os centros ou os lugares de

concentração o conjunto de informações locais necessárias para construir um saber geral confiável⁵. A amplitude dessa escala espacial implica que a cobertura do espaço de trabalho abrangido seja tanto quanto possível exaustivo e que o controle das condições de coleta e de transporte de informação coletada em locais distantes seja perfeita. S. Harris é portanto um dos autores que insistiram muito na circulação dos saberes e na natureza das “redes longas” [*long-distance networks*] nas quais sua construção se baseia e que ele tratou a partir do exemplo das grandes organizações do domínio planetário ou quase planetário com uma estrutura mais ou menos centralizada, que foram as grandes companhias de comércio (Índias orientais ou ocidentais) e a Companhia de Jesus.

Uma rede centralizadora de redes de porte planetário

- 9 Os congressos internacionais de geografia constituem as super-organizações no sentido que elas coordenam as organizações de nível inferior, as sociedades de geografia primeiramente, depois os “comitês nacionais” que compõem a União geográfica internacional (UGI) criada em 1922. Tratando-se de uma estrutura nascida no final de um século de nacionalismos, trata-se de reunir as entidades organizadas individualmente ou tomar uma primeira iniciativa dentro de um plano nacional.
- 10 Cada uma dessas entidades tem a ambição de constituir um centro de reunião e de difusão de conhecimentos. As primeiras sociedades geográficas nascidas nos anos 1820-1830 orientaram sua atividade para a exploração da terra, organizando de maneira mais ou menos estimulada e controlada a exploração daquilo que permanecia desconhecido: o interior dos continentes, os polos, a alta montanha (Heffernan, 2011), cotejando e fabricando mapas sintéticos e redistribuindo essa informação para suas publicações. A partir dos anos 1860 e sobretudo 1870, a explosão de sociedades de geografia “comerciais” ou “coloniais” manifesta a preocupação mais pragmática dos meios portuários ou industriais de dominar os recursos do globo (para eles, a preocupação nacionalista não é tão importante quanto se diz geralmente). No mesmo momento, os grandes Estados criam por sua vez a ciência universitária útil, a sua potência econômica e política e ao seu prestígio nacional; e, desigualmente, segundo cada país, o novo sistema de estudos profissionalizados suplanta progressivamente as sociedades de estudiosos na sua tarefa de conhecer a terra.
- 11 Mas o horizonte de todas essas organizações é planetário, pois desde os anos 1860 é a escala global que se impõe aos políticos e aos industriais. As exposições “universais” e os congressos “internacionais” participam de um mesmo mundo concebido como horizonte de ação, mesmo se a consciência de uma certa mundialização só se concretize no final do século XIX, como atesta a aparição dos termos “mundial”, “mundo globalizado” [*globe-wide world*], ou ainda “globe-trotter”⁶ (Arrault, 2007).
- 12 Reunidos na iniciativa das sociedades de geografia e depois através dos convites dos comitês nacionais da UGI, o congresso internacional tem como objetivo colocar em um lugar comum os questionamentos e expectativas para construir as prioridades de pesquisa. Esse objetivo toma forma em uma lista comum de questões submetidas à discussão e à lista de votos emitida pelo congresso. A realização desses dois momentos prova que as partes envolvidas visam produzir um certo consenso. O congresso constitui portanto um dos “centros de concentração” depois de “dispersão” dos saberes para outros estudiosos, para os informantes, para público e também para os Estados. Formulando as questões importantes, o congresso diz o que é bom e útil conhecer e, em

seguida, concluindo entre as diversas opções através de resoluções ou por moções, como em uma assembléia política, ele homogeneiza os interesses e os saberes de procedência diversa.

Lobbying, padronização e pesquisa coletiva

- 13 Como exprime a citação colocada no começo dessa parte, a primeira circular pública expondo o projeto de um “congresso internacional para o progresso das ciências geográficas, cosmográficas e comerciais” justifica a ação na esperança de “chegar a um conhecimento mais completo do mundo que nós habitamos”.
- 14 A ação dos congressos internacionais visa primeiramente, de fato, os governos ou outras associações internacionais, pedindo-lhes para agir; eles fazem o lobbying para que os Estados encorajem as pesquisas em hidrologia marinha e em geofísica ou para que a neutralidade do canal de Suez seja assegurada, como ocorreu, por exemplo, em Anvers (1871).
- 15 Em um segundo momento, e como em todas as associações internacionais da época, o grande negócio é a padronização: a adoção de um meridiano de referência, a unificação das medidas do tempo e do espaço, a harmonização das nomenclaturas e dos códigos cartográficos... Em suma, o congresso tende a estabelecer uma linguagem única da geografia ao criar um sistema unificado de equivalências, permitindo a todos traduzir o dado local da mesma maneira e criar em suma, um espaço de trabalho homogêneo. O exemplo mais flagrante dessa coprodução é o projeto do mapa mundo ao milionésimo, adotado em 1891 em Berna pela proposição do geógrafo alemão Albrecht Penck, que constituiria o espaço de representação ideal, universal, pois representa de maneira uniforme a totalidade da terra depois de uma elaboração coletiva de todas as convenções cartográficas necessárias.
- 16 Em um terceiro momento, a partir dos anos 1890 e sobretudo depois da primeira guerra mundial, é pelos programas de pesquisa coletiva e pelas discussões de ordem epistemológica que o congresso implantou sua atividade de “super-centro”. A organização de “seções”, depois de “comissões” especialidades engajam a discussão de questões científicas, de métodos, da terminologia e dos espaços geográficos concernidos como resultado. Por exemplo, a comissão de hábitat rural, criada no Cairo em 1925, toma como objetivo a verificação da diversidade desse hábitat no mundo inteiro; uma outra comissão toma como espaço de trabalho as duas bordas do Atlântico; uma comissão das “regiões tropicais úmidas” nasceu no Rio de Janeiro (1956) – cf. 2.
- 17 Essa visão científica atribuída ao congresso não foi adquirida imediatamente. Ela foi tornada possível por uma produção social de normas, pelas limitações dadas aos questionários ou aos modos de discussão: surge um tipo de polícia de fronteira entre as questões científicas e políticas, que foi necessária desde as primeiras reuniões. Assim, desde o encontro em Anvers, os temas propostos para a discussão foram invalidados porque foram julgados de ordem política; a seção de “Navegação”, por exemplo, foi rapidamente recomendada aos congressistas ao distinguir entre as facetas técnicas e políticas das questões coloniais:

“a nota tendo sido feita que as questões coloniais tocam frequentemente a política nos Países Baixos, todos os esclarecimentos necessários são dados para assegurar a seção que a questão será examinada sob o ponto de vista *puramente técnico*” (grifo no texto das Atas de Anvers).

- 18 Essa proibição sobre as questões que colocam em jogo os interesses dos estudiosos provenientes dos países concorrentes deve ter sido repetida veementemente durante os momentos de tensão internacional.

Para um conhecimento intensivo da terra: reunir dados e observações

Mapas e museus

- 19 Para os geógrafos, o final do século XIX, é um momento importante pois eles possuem o sentimento de que o conhecimento exaustivo da terra está praticamente adquirido. Muitos autores demonstram sua convicção que o espaço terrestre material está, de agora em diante, conquistado pelo homem e estimulam que se deve aprofundar o seu domínio intelectual para possuir um conhecimento intenso. Muitos dentre eles destacam que essa exaustão é a condição para se fazer uma obra científica. Essa preocupação se traduz no trabalho de alguns pela publicação de mapas que avaliam o estado do conhecimento dos lugares e dos fenômenos, tal como Emmanuel de Martonne, que fez figurar no início dos capítulos de seu *Tratado de geografia física* (1909), os mapas-mundi apresentando a qualidade do reconhecimento metereológico, morfológico, etc., do planeta.
- 20 O desafio dos congressos internacionais é assegurar a exaustão espacial que é o requisito de uma ciência ‘madura’. Ao constituir as reuniões de geógrafos face à face, essa rede permite primeiramente reunir os estudiosos geralmente dispersos e que conhecem a terra de maneira desigual, pois eles têm suas terra natais, suas próprias áreas de estudo: sua “Gebiet”, segundo a expressão alemã. Contradicoratoriamente, a escolha dos lugares diferentes para o congresso permite aumentar o espaço conhecido e, portanto, produzir as observações sobre o mundo.
- 21 O trabalho coletivo (no lugar e durante os interstícios dos congressos) constrói os espaços de representação comuns, e, pelos programas de pesquisa específicos, desenha as estruturações dos espaços particulares; estes são muitas vezes clássicos (como o Mediterrâneo), outros são inéditos ou ainda à circunscrever (como os trópicos úmidos). O conjunto desses mapas constitui os espaços de pesquisa e de interpretação coconstruídos. Entre as especificidades da geografia, os congressos internacionais dão visibilidade também aos espaços materiais importantes: as exposições. Elas reúnem, mapas, livros, espécimes, material de observação ou dados tratados, vindos de toda a parte e os congressos comportam muitas vezes exposições consagradas ao país sede. O conjunto reúne sob os olhos dos visitantes as informações julgadas pertinentes sobre a geografia do mundo⁷. No início da série dos congressos, os salões de exposição são alvo de representações muito cuidadosas, e os *Resumos [Comptes rendus]* reproduzem suas imagens, como no caso do primeiro congresso. Os salões consagrados aos SIG tem por um lado substituído esses “museus geográficos” e essas “bibliografias da geografia” do século XIX e do início do século XX.

Faça portanto como Ulisses...

- 22 Misturando convívio, diversão e trabalho, as excursões de trabalho de campo formam um outro espaço material particular nos congressos de geografia. Elas dão acesso ao objeto espacial mostrando, *in situ*, suas particularidades. São os geógrafos alemães que pela primeira vez propuseram as excursões, então no congresso de Berlim (1899), e sua tradição recebeu fundamento. Em 1904 o congresso por conta própria foi feito de maneira

itinerante, indo de Washington até Saint-Louis do Mississipi (que abrigou na ocasião uma exposição universal com uma enorme quantidade de congressos), para isso tendo que propor uma excursão transcontinental juntando Saint-Louis ao canyon do Colorado e ao México (ela durou 20 dias e percorreu 10.000 km).

- 23 Muitos dos participantes expressaram aquilo que foi a experiência marcante do congresso de 1904: a descoberta do Novo Mundo, não somente de suas dimensões, mas a originalidade do complexo humano, intelectual e político que os Franceses chamam, na época, de “americanismo”. A frequentaçāo dos lugares e dos homens produziu um verdadeiro choque entre os Europeus, pois muitos davam seus primeiros passos do outro lado do Atlântico. Esse é o caso, por exemplo, de Paul Vidal de la Blache, que lá chega convencido que uma “Escola da América” devia ser criada na França, réplica modernista necessária às Escolas de Atenas e de Roma. Ele ganhou consciência então tanto das concepções originais que os Americanos tinham do espaço e do tempo, quanto das dimensões quase prometeicas da experiência estadunidense. Disso resultou nele um tipo de revolução mental. Foi também a ocasião para que ele aferisse a viva quantidade de geógrafos americanos:

“No Club Cosmos, sem um jornal estrangeiro, mesmo inglês, poucas revistas europeias [...] No domínio da geografia humana eles não chegaram ao método comparativo: eles não se preocupam com os outros, nem com o passado”, anotou ele na sua caderneta de viagem.

- 24 Por sua vez, De Martonne fez grande caso com os atritos das ideias e das morfologias originais observadas durante essa excursão efetuada nos “quatro pesados vagões Pullmann transformados na casa dos geógrafos cosmopolitas” (Martonne, 1905, p. 9). Ele concluiu (ressaltando sua preocupação da profissionalização da geografia), que
- “para os geógrafos de profissão que seguiram, essa foi realmente a parte mais importante do congresso” (Ibid., p. 22).

- 25 Como dirigente da UGI (ele foi um ator maior desses encontros de 1922 a 1949, sendo secretário geral de 1931 até 1938 e presidente de 1938 a 1949), ele milita para fazer da prática científica do trabalho de campo uma parte integrante dos congressos: seu objetivo era, segundo ele, não somente descobrir o país sede, mas ainda estudar coletivamente afim de confrontar as experiências e os pontos de vista.

- 26 O geógrafo do Quebec Louis Hamelin convocou prazerosamente o imperativo do trabalho de campo em seu discurso de boas-vindas em Montreal, no ano de 1972:

“Eu me permito repetir a reflexão feita pelo presidente Emmanuel de Martonne em Lisboa, no ano de 1949: ‘Nossos congressos internacionais de geografia são antes de tudo a descoberta de um país, este é o chamado que nos reúne.’ [...] Faz portanto como Ulisses, não vos apressais para retornar para vossas respectivas Itacas” (Hamelin, 1979, p. 7).

- 27 Em outubro de 1946, no momento das discussões sobre a localização do primeiro congresso depois da segunda guerra mundial, o responsável do comitê americano da UGI, George B. Cressey⁸, fizera entrar nos seus critérios de escolha do interesse das excursões de campo, ao lado da data e da localização, os custos da viagem para os participantes e os constrangimentos da geopolítica, altamente sensíveis então, – antes de optar que “todos os quesitos são iguais” para Lisboa, que havia sido designada no congresso precedente em 1938.

28 Veremos abaixo como o encontro, com trabalho de campo, no Brasil, então a primeira incursão dos congressos da UGI no hemisfério sul, pôde ser uma experiência coletiva decisiva.

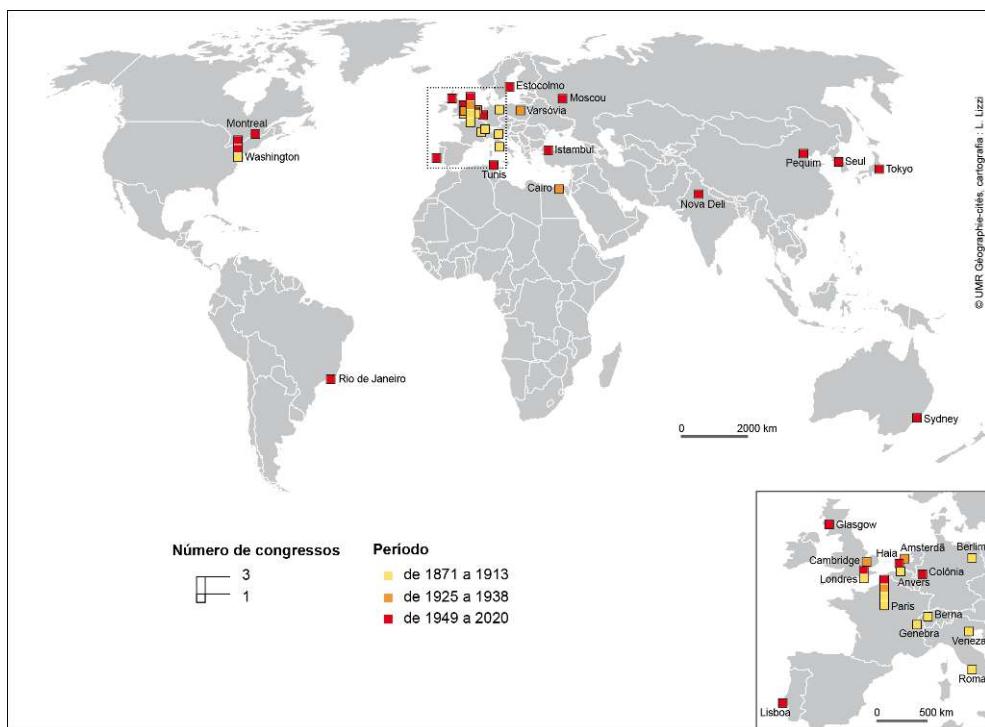
1.2.Centros e margens dos congressos internacionais de geografia

- 29 Sem surpresa, a análise dos lugares de encontro, das origens dos organizadores e dos participantes que formam o mapa dos congressos internacionais de geografia, revelam regularidades: a polarização europeia ou ocidental nos lugares de reunião e as tensões duráveis da universalidade postulada; uma extensão irregular da inscrição espacial dos encontros científicos e no total uma longa hegemonia europeia depois estadunidense que está em vias de transformação no século XXI.
- 30 Se o ideal proclamado pelas instâncias dirigentes dos congressos é uma cobertura total do mundo pela extensão da rede de geógrafos envolvidos, os lamentos manifestados regularmente nas tribunas dos congressos provam que a organização está longe de alcançar a exaustão espacial. Numerosos países e regiões do mundo não estão representados na organização, nem no congresso, com a falta de recursos para uma grande parte das regiões da África, da América Latina e da Ásia. Assim, ainda recentemente, foi feita no congresso de Glasgow (2004) a referência à organização das redes permanentes para incentivar a atividade geográfica nas e sobre as grandes regiões do mundo, tal como a Network on Latin America Studies que se reuniu no referido congresso; em Colônia (2012) o presidente exprimia lamento sobre as grandes lacunas no mapa, e sua satisfação por ter ao menos um encontro especial onde 12 países da África estiveram representados.
- 31 Isso envolve as potências que convidam os países para participar, a localização dos congressos, a natureza dos dirigentes da organização internacional, a origem dos participantes, as línguas utilizadas, a centralidade de um espaço europeu e ocidental, e manifesta a longa duração com as inflexões sobre a hegemonia estadunidense e mais amplamente do mundo anglófono desenvolvida a partir do pós segunda guerra mundial, e talvez atualmente em uma redistribuição atual das forças a favor dos países ditos “emergentes”.

A concentração das cidades de congresso

- 32 O mapa das cidades que receberam congressos resume sua concentração nas metrópoles europeias (cf. Collignon, 1996b) [Fig. 1]. Entre 1871 e 1996, dos 16 congressos, todas as cidades são europeias até 1949 (Lisboa, 16º congresso), salvo o 7º congresso (Washington, em 1904) e o 11º (Cairo, em 1925). Depois disso, as novas extensões fora da Europa envolvem Washington (1952) depois Rio de Janeiro (1956), sendo este congresso do Rio o primeiro no hemisfério sul. Mas ele é o único, depois do congresso de Londres (1964), que faz uma extensão de localização em direção de todos os continentes (salvo a África, tocada muito tarde), – com a sucessão de Nova Deli (1968), Montreal (1972), Moscou (1976), Tokyo (1980), Paris (1984), Sydney (1988), Washington (1992), Haia (1996), depois Seul (2000), Glasgow (2004), Tunis (2008), Colônia (2012), os quais sucederão Pequim, Istambul e a cidade do centenário da UGI (2022), ainda desconhecida (?).

**Figura 1 – As cidades hospedeiras dos congressos internacionais de geografia de 1871 a 2020
(fora os congressos “regionais” da UGI)**



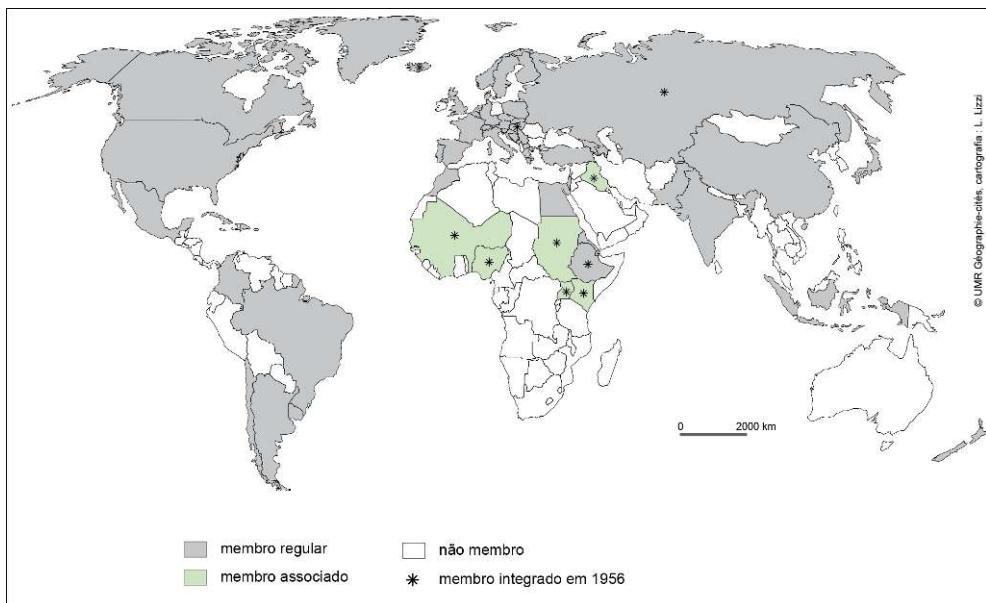
FONTE: BOLETINS DA UNIÃO GEOGRÁFICA INTERNACIONAL

33 Criada a iniciativa da sociedade de geografia, os congressos se inscrevem primeiramente nas metrópoles comerciais e coloniais do final do século XIX, antes de refletir a potência política e científica dos Estados. A dominação progressiva que os estudiosos e professores universitários adquirem nos congressos (em termos de participantes, é em Berna, no ano de 1891, que a categoria de professor supera todas as outras: Dubois, 1972) não muda o registro espacial, pois a distribuição dos centros de pesquisa e de ensino se calca sobre o sistema preexistente das metrópoles urbanas. Enquanto, depois da primeira guerra mundial, a organização passa por uma instituição internacional perene, a União geográfica internacional, que constituiu os comitês nacionais centrados em geral nas academias de ciência e nas universidades⁹, instaura plenamente uma legitimidade propriamente estática e os lugares do congresso refletem ainda as hierarquias urbanas nacionais.

Os países membros da organização: um mapa com lacunas

34 Tendo em vista os países abrangidos na sua organização, a universalidade está longe de ser alcançada, ainda que, segundo alguns observadores, a UGI tenha sido mais aberta que outras organizações internacionais aos pequenos países (Harris, Rössler, 1996). Podemos destacar, porém, a extraordinária transformação do mapa dos países membros da UGI que se produz irregularmente, depois da segunda guerra mundial (Volle, 1996a) [fig. 2].

Figura 2 – Os países membros da União Geográfica Internacional em 1956



FONTE: BOLETINS DA UNIÃO GEOGRÁFICA INTERNACIONAL

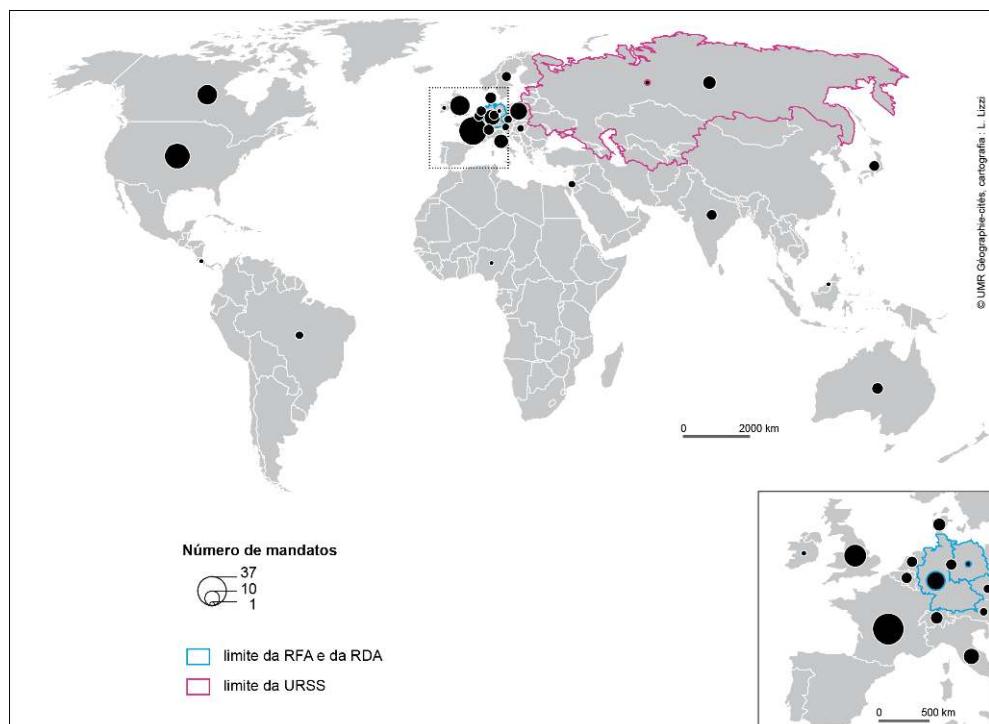
- 35 O número de 30 países antes de 1939 efetivamente dobra de 1949 até 1964, passando de 31 para 62. Essa duplicação demonstra primeiramente o voluntarismo do presidente da União de 1949 a 1952, o americano G. B. Cressey, em direção à América Latina e depois à África. Ele mostra também a rápida reabilitação dos países vencidos, que se operaram nas tensões da Guerra fria. Assim, temos a questão da Alemanha, onde a RFA foi admitida em 1952, enquanto a RDA em 1960; A URSS entrou na UGI em 1956, no congresso do Rio de Janeiro. A questão da China foi muito complicada, pois muitos países recusaram a entrada da China popular na UGI, e ela mesma condicionava sua entrada à expulsão de Taiwan (que foi admitida cedo e representada na UGI pela Chinese Academy of Sciences in Taiwan); a solução foi encontrada pela fórmula de um “comitê para UGI” em que o presidente Michael Wise propôs substituir o “comitê nacional”, uma mudança de status votada em Paris, em 1984 (Harris, Rössler, 1996).
- 36 A duplicação dos anos 1950-1960 marca enfim, e sobretudo, a nova geopolítica mundial que representa a decomposição dos impérios coloniais. A participação dos novos Estados independentes não fora portanto mais fácil: um estatuto de “membro associado” foi criado no Rio de Janeiro, permitindo acolher os países sem grandes meios ou cuja comunidade de geógrafos estava em curso de constituição. A África ocidental francesa e muitas ex-colônias britânicas africanas entram então na UGI (cf. ponto 2). Muitos desses países tiveram que se submeter a sua cotização de uma tal maneira que a UGI os desassociou, o que provocou nos anos oitenta uma severa queda das aderências – isso criou vastas lacunas no mapa da União e conservou os grandes brancos onde os países não possuíam nem comunidade importante de geógrafos, nem fundos para poder pretender a adesão.
- 37 Uma maneira de contornar essas grandes lesões à universalidade almejada foi a organização de “conferências regionais” menos custosas que os congressos e mais próximas, pela sua localização, das comunidades de geógrafos em constituição. A primeira ocorreu em Uganda (Kampala, 1955), seguida por Tokyo (1957), depois de Kuala Lumpur

(1962), México (1966), Budapeste (1971), Palmerston (1974), Lagos (1978), etc. Esses congressos ocorridos na periferia são finalmente múltiplos e tem o objetivo de cobrir o planeta dos geógrafos com um evento-bis durante o período entre os congressos (assim, a partir de 2002, de Durban, Brisbane, Tel Aviv, Santiago do Chile e Kyoto em 2013).

Uma direção e os órgãos dirigentes provenientes do Centro

- 38 A concentração espacial dos congressos internacionais de geografia em favor dos países ocidentais e do hemisfério Norte acompanham uma superrepresentação dos atores dominantes encarregados desses países (os dirigentes da organização no nível da UGI ou dos comitês locais de organização) e de uma superrepresentação dos participantes dos países vizinhos do lugar dos congressos.
- 39 Assim, os dirigentes da organização, por exemplo, o comitê executivo da UGI, que traduz o estado das correlações de forças, conduzem as escolhas de presidentes, secretário geral, tesoureiro e vice-presidentes (Volle, 1996b, fig. 11a e 11b). Dos 18 períodos, entre a criação da UGI e 1996, a França, o Reino Unido e os Estados Unidos concentraram com uma dezena de mandatos do comitê executivo. A origem dos presidentes das comissões de trabalho e da seleção mostra a mesma dominação de longa duração (Collignon, 1996a) [fig. 3]. Entretanto, a partir do pós segunda guerra mundial, a organização se abre para novos dirigentes da América e da Ásia (assim em 1949-52 o Canadá, o Brasil e a Índia estão representados no comitê executivo e se beneficiam cada um de 5 a 6 mandatos entre essa época e 1996).

Figura 3 – Número de presidências das comissões da União Geográfica Internacional, por países (1949-1996)



FONTE: BOLETINS DA UNIÃO GEOGRÁFICA INTERNACIONAL

- 40 Essa representação mais exaustiva dos geógrafos do mundo acentua-se ainda mais com as últimas eleições. Assim em Colônia, os novos eleitos incluem uma presidência russa, uma primeira vice-presidência alemã, um secretariado ocupado por um sul-africano e de vice-presidentes da China, Finlândia, Índia, Israel, Itália, Japão, Países Baixos e EUA. Ao mesmo tempo, uma hegemonia do mundo anglófono se exprime pelo fato que a língua do congresso tornou-se quase exclusivamente o inglês. Em contrapartida, a crítica reiterada da falta de visibilidade ou de atratividade da UGI e seus congressos sobre os jovens geógrafos, e as referências furtivas à atratividade dos congressos da Associação dos geógrafos americanos podem fazer pensar que essa ampliação tem uma significação ambivalente. Ela mostra o jogo de uma vontade real de universalismo, a emergência de novas potências ‘geográficas’ até então marginais e também pode ser o declínio desse gênero de organização internacional, em concorrência com as organizações nacionais mais eficientes em termos de legitimação dos geógrafos que participam dos encontros internacionais, e por outros modos de sociabilidade científica.

A origem dos participantes: os efeitos de proximidade

- 41 A concentração espacial a favor dos países ocidentais é reforçada pelo efeito da lei de gravitação que faz com que a origem dos participantes gire em torno da sua distância do lugar do congresso. Eles provêm massivamente ou majoritariamente do país sede e das regiões vizinhas. Assim, dos 21 primeiros congressos, o país sede forneceu o maior contingente de participantes entre os grupos nacionais representados (Kish, 1972). Trata-se nos 10 casos de 48% ou mais de congressistas, e ao menos 30% dos participantes nos 20 casos. A exceção se encontra em Estocolmo (1960), onde a representação mais forte foi de geógrafos estrangeiros, vindos dos Estados Unidos, que chegou a 23% dos participantes. A localização dos congressos influem em parte nas intervenções dos ‘autóctones’, sob a orientação das questões ou dos temas colocados em discussão e a língua utilizada (Pumain, 1972). É no fim do século XIX e antes da primeira guerra mundial que as questões locais em relação ao país sede estiveram mais presentes, mas a dimensão internacional dos congressos provoca ‘respostas’ que estão confinadas sobretudo aos autores autóctones.

1.3. Cobrir o mundo harmoniosamente a partir das metrópoles?

- 42 Os tipos de problemas colocados, as inquietudes dos geógrafos, estão ligadas à localização dos lugares de acontecimento da ciência internacional. A estrutura centro-periferia dos congressos internacionais de geografia tem uma consequência principal: o etnocentrismo das questões e de seu tratamento, por onde os geógrafos dominantes expressam seus próprios interesses, em algumas colaborações. Mas, ao mesmo tempo os associados são concorrentes, pois seus interesses materiais e simbólicos são diferentes, ou seja, contraditórios: daí a necessidade de uma regulação dos debates e das produções que tendem a exteriorizar os temas de controvérsia. Nas fases de conflitos entre o centro e as margens, no momento das descolonizações em particular, o etnocentrismo pode ser denunciado, posto em causa do interior ou do exterior?
- 43 Os mapas de localização mostram: apesar da vontade de cobrir o mundo, os geógrafos reunidos em congressos internacionais estão longe de constituir uma rede universal de observação e de coleta de dados locais. Munidos de suas ferramentas, eles pretendem

poder representar o mundo em sua universalidade? É isso que alguns grupos de trabalho pretenderam como, o grande projeto emblemático do fim do século XIX, o mapa ao milionésimo do mundo. Assim, confiante na cooperação científica entre geógrafos e serviços cartográficos das potências, Vidal de la Blache, afirmava:

“Teremos assim, pela primeira vez, um instrumento de comparação e estudo que, graças à adaptação das partes e às facilidades de reunião permitirá abraçar o conjunto do globo em uma imagem harmônica e proporcional” (Vidal de la Blache, 1910, p.5)

- 44 Mas, ele acrescenta que se deveria evitar todo “carimbo estrangeiro” e preservar “a pegada de cada metrópole em suas colônias” (Vidal de la Blache, 1910, p.9). Isso era admitir o território das metrópoles imperiais e das zonas de influência sobre as partes do mundo. Entretanto, os geógrafos americanos conduzidos por I. Bowman reservam, por sua vez, o domínio de sua zona de influência, o *Western Hemisphere*, um empreendimento sob a égide da American Geographical Society de New York e em prol da realização de um mapa ao milionésimo da América espanhola (Heffernan, 2011; Pearson, Heffernan, 2009).
- 45 Conveniências ocidentais e imperiais: quais são as relações dos congressos com o espaço dos trópicos?

2. Espaços simbólicos: ao redor dos trópicos

“[...] nós devemos compreender os trópicos como um espaço conceitual e não somente físico. [...] Os trópicos só existiam por sua justaposição mental com outra coisa – a normalidade percebida das terras temperadas¹⁰”

Arnold, 1996

- 46 Em um século de congressos, de Anvers a Montreal, não existem somente as evoluções nos espaços materiais dos encontros internacionais entre geógrafos, mas transformações consideráveis dos territórios do mundo, com o desenvolvimento dos impérios depois sua desagregação sob o toque das guerras de libertação. Centros e periferias se recompõem então. O que são os espaços mentais ou simbólicos que assombram os congressistas, e como eles se ajustam na sequência histórica dos congressos? Espaço colonial e espaço tropical, tropicalidade e desenvolvimento se misturam, se reconfiguram e se desfazem no congresso de Anvers (1871), de Londres (1895), de Amsterdã (1938), do Rio de Janeiro (1956) e de Montreal (1972)... Houveram os ‘efeitos de lugar’ particulares nas cidades dos congressos?

2.1 Os espaços simbólicos

- 47 Evocamos até agora os espaços materiais de atividade dos congressos internacionais de geografia. Estudar a espacialidade da pesquisa geográfica supõem também analisar os “espaços mentais” construídos e manipulados pelos discursos e práticas da geografia. Pois,

“[...] os geógrafos fabricam por assim dizer os espaços mentais que vêm duplicar e acompanhar os espaços materiais [os quais ou sobre os quais eles trabalham]. Eles elaboram suas concepções em meio aos espaços mentais que também são, eles mesmos, espaços de trabalho, espaços que se inscrevem e se figuram no outro, nos seus objetos, nas representações figurativas ou nos discursos (esquemas, gráficos,

mapas e descrições). [Essas são] as representações ou os esquemas espaciais que subentendem o saber geográfico” (Besse, 2004, p. 416, os grifos são originais)

- 48 Como dissemos acima, para definir os temas e precisar os espaços de aplicação dos temas de pesquisa, os congressistas estruturam o domínio espacial do conhecimento que eles estimam importante e legítimo, e criam um espaço do saber. Os congressos internacionais de geografia são, portanto, os lugares de uso e de fabricação de tais espaços mentais. Eles podem abranger os grandes conjuntos espaciais como as “colônias”, o “mundo tropical”, os “países subdesenvolvidos”, ou ainda o “Terceiro Mundo” e depois os “Suls”...
- 49 As grandes tramas de divisão do mundo figuram com efeito entre esses espaços. Assim, a crítica cartográfica e geográfica destacou o ataque ideológico da divisão do planeta por continentes. Edward Said (1978) descontruiu o esquema Oriente/Ocidente mostrando sua dimensão propriamente política e cultural e não simplesmente referencial. Depois dele, o historiador David Arnold (1996) estendeu a análise aos Trópicos forjando a noção de “tropicality” como variante do orientalismo, uma variante ambientalista edificada em um esquema climático, onde o tropical é o Outro do temperado. Desde a Renascença, no Ocidente, a literatura e outras práticas culturais construíram uma representação de alteridade desvalorizando os “trópicos” como lugar de vida e particularmente como lugar habitável para os Europeus, compreendendo-os de maneira ambivalente como Éden e como lugar de degenerescência (ver também Livingstone, 2000). Para Arnold, os trópicos (ou os equivalentes, região equatorial ou zona tórrida) constituem “um espaço conceitual e não somente físico”. A noção de *tropicality* inspirou fortemente as pesquisas anglófonas pós coloniais (Drive, Yeoh, 2000; Bowd, Clayton, 2005; Clayton, Bowd, 2006); nós propomos falar de “tropicalismo” para se diferenciar da expressão orientalismo (Robic, 2008).
- 50 Em seguida, desde os primeiros congressos internacionais de geografia até o início dos anos 1970, a formulação das questões, as discussões em congresso e a eclosão de comissões de pesquisa especializadas, estudaremos aqui o uso que os geógrafos fazem dos Trópicos e das relações entre esse espaço simbólico e de outros espaços que eles manipulam nos congressos. Espaço colonial, espaço tropical, espaço a desenvolver: se observa as combinações, uma sucessão parcial, as alternativas, as controvérsias...: para cada período reconhecido, desenhamos primeiramente uma evolução de conjuntos de debates, depois analisamos a conjuntura geopolítica e os efeitos do lugar típico de alguns congressos-chave.

2.2. Império: do tropical/colonial

Após Anvers: a neutralização colonial

- 51 As colônias constituem um ponto de discordia entre metrópoles imperiais, e os responsáveis pelos congressos compreenderam depois do primeiro encontro internacional de Anvers que a colonização devia ser excluída das questões debatidas.
- 52 Para um encontro entre os representantes de potências concorrentes a sequência de questões colocadas em 1871 era muito explosiva:

“10. Examinar a utilidade das colônias e dos estabelecimentos coloniais, de além-mar quanto à estabilidade do comércio e à tranquilidade interior dos Estados”, “11. Examinar e discutir as razões que levaram pouco a pouco a Inglaterra a modificar seu sistema colonial e dar a algumas de suas colônias um governo particular”, “12: Pode-se concluir por aí, como se fez outras vezes, que vale mais não ter colônias? Quais são os princípios que se fazem valer contra o princípio de colonização?”

53 O espaço colonial é pouco evocado nos congressos seguidos. O espaço de reflexão está de fato neutralizado, do ponto de vista do imperialismo pela proibição política, ou diluído pela formulação de questões muito gerais, tais como a organização de uma informação coletiva sobre os recursos potenciais no mundo, sobre a formação intelectual através da viagem ou sobre os fatos da migração. Somente a África, tipo de domínio compartilhável, é objeto de questões diretas, notadamente em Londres (1895):

“Em qual medida a África tropical está apta a ser desenvolvida pelas raças brancas ou sob sua direção?” [To what extent is tropical Africa suited for development by the White Races or under their Superintendence?]

54 Nessa questão relativa à valorização da África, o esquema tropical está sobreposto ao esquema implícito da colonização e a questão da ação do Branco sobre os Trópicos também é levantada implicitamente, dando lugar aos afrontamentos interpessoais.

55 Mas, essas questões são, portanto, geralmente evitadas e as atividades de padronização dominam em seguida a agenda dos congressos.

A urgência dos anos trinta – o congresso de Amsterdã (1938)

56 A referência aos Trópicos e a questão colonial se faz mais massiva durante o entre guerras e culmina no congresso de Amsterdã, em 1938. Primeiramente, em Paris (1931), duas questões de geografia humana e uma questão de geografia física introduzem a categoria das “regiões tropicais”. Quebrando as regras implícitas dos congressos anteriores, os organizadores criam em Amsterdã uma seção de “geografia colonial”, um programa que aparece em 1938 somente no congresso e que será prolongado pela seção intitulada “geografia da colonização” em Lisboa, em 1949.

Três questões, três espaços misturados

57 A seção de geografia colonial de Amsterdã deve debater três questões:

1. “Possibilidades de colonização feitas pela raça branca na zona tropical”,
2. “A relação entre a densidade da população e o modo de utilização (ou exploração) do solo nas regiões coloniais”,
3. “A industrialização como condição indispensável para manutenção do nível de prosperidade nas regiões tropicais para populações muito densas”

58 Essas questões misturam três espaços de referência associando trópicos e colonização (a zona tropical, as regiões coloniais e as regiões tropicais), elas introduzem as noções de zona e de região, conjunto que curiosamente interfere na sua associação à geografia colonial. Com um apelo à questão do congresso de Londres, de 1899, eles alargam singularmente a escala saindo da África; eles pontuam as intenções de conhecimento fundamental e os programas de ação; precisam as modalidades do desenvolvimento das regiões abrangidas (povoamento, valorização agrícola, industrialização); propõem a análise das relações entre vários aspectos das áreas evocadas; e insistem nas suas características demográficas.

O espaços de referência e as interferências duvidosas?

- 59 Para tanto, se os espaços postos em jogo pelo questionário se interrelacionam, os debatedores geógrafos estão presos na armadilha das interferências entre os diversos espaços heterogêneos?
- 60 Se seguimos as atas do congresso, a amálgama colonial/tropical só é colocada em debate excepcionalmente nas comunicações apresentadas pelos congressistas. As discussões não parecem mais provocar polêmica. As resoluções adotadas traduzem o poder de um jogo comum, uma vez que elas consistem em três pontos: primeiramente o mantimento da seção para o período seguinte e contrariamente dois votos endereçados aos Estados coloniais, com o objetivo que eles concorram na realização dos mapas temáticos precisos de suas possessões e que eles incluam um ponto sobre a erosão dos solos nos relatórios abrangendo as condições da agricultura no seu domínio colonial.
- 61 Porém, os relatores de cada um dos temas destacaram, timidamente ao menos, a pertinência da estruturação do questionário criticando o amálgama dos espaços convocados e as causalidades bem fundamentadas sugeridas pela formulação das questões. Nesse congresso de Amsterdã soberbamente organizado e posto sob alta vigilância, as discussões foram preparadas com relatórios anteriores distribuídos aos participantes na sua chegada, e os relatores fizeram uma curta intervenção no início da sessão de discussão. Na ocasião, para a seção colonial, existem três relatórios redigidos por mulheres, que trazem uma apresentação dos problemas do questionário, uma discussão de sua própria formulação, uma síntese das contribuições escritas e uma proposição de votos.
- 62 O relatório relativo às “possibilidades de colonização pela raça branca na zona tropical”, atribuído à E. F. Verkade-Cartier v. Diesel, é particularmente notável pela sua lucidez sobre as problemáticas que ele distingue: o “direito às colônias” afirmado pelas “potências descontentes”, e o “desemprego” devido à crise [“colonist claim” dos “dissatisfied power’s” e “unemployment”] (UGI, Relatórios, 1938, p. 123); pela sua persistência na necessidade de excluir a política das discussões; pela sua preocupação em evitar maus entendidos; pela sua exigência de científicidade e em particular pela sua vontade de clarificar o vocabulário, o que é segundo ela a condição de um verdadeiro diálogo; pela honestidade de seu balanço, uma vez que ela mostra as divergências entre autores de comunicações e sua própria incapacidade de concluir. Suas recomendações mostram ser necessário uma boa informação e melhores dados comparativos.
- 63 Em cada um dos relatórios, embora desigualmente, a pertinência das questões do quadro de referência os quais são abordados, estão claramente examinados.
- 64 Assim, E. F. Verkade-Cartier v. Diesel nota a diferença semântica entre os termos relativos ao colonial (tal como o “*Volkplanting*” holandês e os termos de “colon” e “colonisation” no francês, Ibid., p. 125-126) e os desacordos entre os contribuidores sobre a noção de Branco e sobre a de tropical.
- 65 O relator da questão 2 propõe como principal objeto de discussão uma questão de geografia comparada:

“A relação entre a densidade da população e a utilização dos solos é diferente nas regiões coloniais e em outros lugares do mundo?” [Does the relationship between density of population and land-utilization in colonial regions differ from that elsewhere in the world?] (Ibid., p. 162).

- 66 O relator da questão 3 se mostra particularmente dúvida sobre as virtudes do imbroglío espacial e desconstrói progressivamente o problema:

“O caráter de ‘país colonizado’ tem uma influência sobre a possibilidade de industrialização? O fato da situação nos trópicos tem influência sobre essa possibilidade? Em consequência, a questão da industrialização é diferente nos países como o Japão, a China ou em outros países tropicais colonizados?” [Has the character of ‘colonial countries’ any influence on the possibility of industrialization? Has the fact of the situation in the tropics any influence thereupon? Is therefore the question on industrialization another in countries such as Japan and China and another in tropical colonial countries?] (Ibid., p. 180).

- 67 Mas, como nós dissemos acima, os congressistas são insensíveis a essas críticas.

O trópico/colonialismo ou a conjuntura espaço-temporal de Amsterdã

- 68 Todas as questões colocadas em destaque no debate fazem sentido para os geógrafos dos países ocidentais. Primeiramente, a associação entre trópicos e colonização é justificada na visão da distribuição geográfica dos impérios e em particular das colônias holandesas. Quanto à questão demográfica, ela não é nova, uma vez que foi introduzida desde o congresso de Paris (1931) e desenvolvida em Varsóvia (1934), e ela acompanha durante esses anos as síndromes europeias de superpovoamento, os receios do “perigo amarelo” e as reivindicações territoriais dos regimes fascistas e nazistas. Com o ‘problema’ da aclimatação dos Brancos em países tropicais, que é o pano de fundo da questão nº 1 no qual se debruça uma grande quantidade de geógrafos, de administradores das colônias e especialistas de medicina tropical, os Trópicos declinam, segundo a visão ocidental clássica, como um espaço deletério ao físico e ao moral, o lugar de degenerescência das raças e em particular da raça branca, e é o lugar ‘natural’ das raças inferiores¹¹. O paradigma racista está subentendido nos debates, até mesmo na condução das distinções entre Brancos no norte e no sul da Europa (Leclerc, 1989). De Londres a Amsterdã, de um século a outro, os estereótipos higienistas, racistas e morais do século XIX se impõem de maneira idêntica, com o medo da degenerescência da raça branca nos Trópicos e a essencialização dos indígenas considerados como incapazes e indolentes. O tropicalismo típico da dominação ocidental, material e simbólica está sempre presente.
- 69 Nos anos trinta emerge a ideia, no congresso de Paris, que o espaço do mundo estava “fechado” ou que era “finito”, assim devido provavelmente aos pesquisadores coletivos trazidos sob a impulsão de Bowman (1931, 1934), a questão das frentes pioneiras era colocada na ordem do dia (Robic, 2006 e 2009). Em 1938, a crise econômica, o espectro do desemprego nas metrópoles e os riscos de concorrência nas colônias constituem para alguns dos participantes o novo dado do laço colonial. Sua afluência na seção testemunha a força desse problema. Em particular, os Holandeses obtiveram um apoio governamental para as pesquisas sobre as possibilidades de povoamento nos Trópicos, e intervêm massivamente na seção colonial muito além da superrepresentação do grupo nacional observado em cada congresso¹². Para os alemães, a extensão do seu *Lebensraum* constitui a questão primordial: a Alemanha tem tanto comunicações na seção colonial quanto delegados oficiais no congresso. Para todos os participantes¹³, o contexto geopolítico é extremamente tenso e concorrencial, isso pode explicar a emergência efetiva do espaço colonial no congresso internacional de geografia, a inexatidão de noções utilizadas para atingir a nova atualidade desse campo de expansão e a violência das propostas.

- 70 Tropical-colonial: esta é a associação espacial característica do espaço simbólico significativo no congresso de Amsterdã. Contradicoriatamente, a conjunção dos dois termos pertence ao léxico da economia política holandesa da primeira metade do século vinte, em um curso intitulado “*tropisch-koloniale*” que existia na universidade de Leyde desde 1929; o comitê de organização do congresso se manteve no Instituto colonial de Amsterdã; no pós guerra, esse estabelecimento se chamará Instituto dos trópicos (Leclerc, 1989).

2.3. Descolonização e blocos: simplesmente os Trópicos?

“[Os] resumos das excursões que formataram o Congresso [...] fornecem um quadro do conjunto dos problemas que deve encarar a geografia brasileira. Eles contém uma notável contribuição ao estudo da geografia tropical. Eles conseguem enfim precisar o caráter próprio desse Congresso.

Pela primeira vez desde a origem da União, a geografia zonal foi colocado no primeiro plano, o mundo tropical considerado como uma grande entidade geográfica em que todas as características se encadeiam”

Maximilien Sorre, 1957

- 71 O período do pós segunda guerra mundial constitui uma ruptura com o esquema difuso, depois cristalizado, que foi precedido de um lado pela referência colonial que desaparecia nos congressos e por outro de um “espaço tropical” mais ou menos banalizado que foi introduzido no lugar do Rio de Janeiro, em 1956, funcionando como catalizador da inscrição desse espaço simbólico nos mapas mentais dos geógrafos.

Da afirmação de um espaço tropical banalizado a sua contestação

Os congressos do pós guerra e o desaparecimento colonial

- 72 Com efeito, ainda em Lisboa (1949), seguindo o voto de 1938, uma seção de “geografia da colonização” persiste, mas ela não é reconduzida. Em Washington (1952), a manutenção de um simpósio sobre a África tropical evoca a antiga singularização desse espaço. A novidade reside no teor das comunicações que são apresentadas, a maior parte muito longa, e que constituem verdadeiros relatórios sobre as pesquisas empreendidas sobre esse tema pelos geógrafos e os novos organismos europeus. É o caso do relatório dos Franceses (o documento foi assinado por Charles Robequain e Jean Dresch¹⁴), cujo léxico dominante é mais centrado nos termos de “além-mar” e da “África” que sobre o “tropical” (segundo as formulações dos escritórios desenvolvidos na metrópole e em Dakar desde o fim dos anos trinta). Da mesma maneira Robert W. Steel descreve longamente os progressos da pesquisa dos geógrafos britânicos, engajados desde o fim dos anos vinte mas sobretudo durante e após a guerra; o autor privilegia ao contrário o léxico tropical. O “desenvolvimento”, transmitido para a agenda política de vários países e às grandes organizações internacionais ligadas à ONU sustentam muitas intervenções. Pouco tempo depois surgem as conferências regionais nos países periféricos, primeiramente reunidos em Uganda, em 1955, sobre o tema “Recursos naturais, Alimentação e População na África intertropical” [Natural Resources, Food and Population in Intertropical Africa].

Da onipresença do espaço tropical no Rio de Janeiro...

- 73 Os discursos do congresso do Rio de Janeiro (1956) estão embebidos na referência tropical, mesmo nos resumos publicados após o congresso, tal como o publicado por M. Sorre, posto em destaque neste ponto. O discurso inaugural do presidente do comitê organizador, Jurandyr Pires Ferreira¹⁵ institui um programa científico tropicalizante:
- “Somos um país onde predominam as condições naturais e de ocupação humana peculiares às áreas tropicais. País, onde imperam, portanto, condições diferentes das encontradas nas regiões de maior desenvolvimento do conhecimento geográfico. [...] A ciência geográfica espera importante contribuição brasileira para o conhecimento das regiões tropicais” (Atas, 1959, p. 139).
- 74 Esse congresso inova criando a “comissão dos trópicos úmidos”. Ela forma uma das duas comissões especiais criadas nesse décimo oitavo congresso; a outra se intitula “Elaboração de um mapa mundial da população”. Alguns anos antes foi criado uma “comissão de zonas áridas”, o que explica a escolha de uma formatação mais restritiva para o relato na zona tropical. Nos três casos a UNESCO interveio para constituir os grupos de pesquisa internacionais e interdisciplinares, antes da UGI e da chamada aos países recém independentes, como a Índia, no caso das zonas áridas. Para delimitar precisamente os trópicos úmidos os dois organizadores tentam conjuntamente cartografar precisamente o espaço abrangido mobilizando os botânicos e os geógrafos climatólogos (Fosberg et al., 1961)¹⁶.
- 75 Muitos simpósios relativos ao espaço tropical ocorrem durante o congresso, abordando a geografia física pura (savanas e campos) ou sobre a “contribuição da geografia na planificação regional dos países tropicais”. Esses simpósios geram numerosas intervenções dos geógrafos britânicos, alemães, franceses e brasileiros, centrados sobre o tema da geografia aplicada.

...e sua contestação

- 76 Contrariamente, quatro anos mais tarde, nos países escandinavos, os trabalhos da comissão dos trópicos úmidos estão bastante atônicos¹⁷. O congresso de Londres (1964) não lhe confere um brilho particular. Para o 20º congresso, o evento ocorre em outro lugar: em Liverpool, onde um simpósio intitulado “*Geography in the tropics*”, ocorre durante uma semana, atraindo uma massa de participantes. Paradoxalmente, o tropical não é central no evento, ou a questão em debate é a da possibilidade de *desenvolvimento* nos países tropicais. Nesse sentido, o tema de Liverpool está em harmonia com a temática do conjunto do congresso que o presidente da UGI, Carl Troll, expõe em seu discurso presidencial: “Sociedades plurais dos países em desenvolvimento. Aspectos da geografia social” [*Plural Societies of developing countries. Aspects of social geography*]. Sobretudo, na sua introdução da obra coletiva que ele corredige, *Geography and the Tropics: Liverpool Essays*, R. W. Steel invalida a pertinência do espaço tropical como quadro da pesquisa particular:
- “não existe ramo especial para o tema para ser identificado como ‘geografia tropical’” [there is no special branch of the subject to be recognized as ‘tropical geography’] (Steel, 1964, p. 2).
- 77 No entanto, em Nova Deli (1968), a reunião da comissão dos trópicos úmidos gera 14 proposições de intervenção, sendo muitas Indianas, e dois relatórios sobre as pesquisas realizadas na França pelas universidades e pela ORSTOM (Escritório de pesquisa científica e técnica de Além-mar, que foi criado sobre o nome de Escritório de pesquisa científica

colonial – ORSC – em 1943). As duas comissões zonais são ainda renovadas, e uma comissão da Ásia das Moções foi criada.

- 78 Mas, o congresso seguinte, em Montreal (1972), indica o fim da comissão dos trópicos úmidos e a das regiões áridas. É verdade que os participantes assim como os contribuidores, nas reuniões dessas comissões, manifestam um esvaziamento do tema frente às questões emergentes que concernem notadamente o meio-ambiente e os riscos naturais – então, em ligação com programa “O Homem e a Biosfera” da UNESCO. Somente os “grupos de trabalho” de menor reconhecimento oficial podem continuar a pesquisa consagrada aos espaços tropicais.
- 79 O congresso de Montreal (1972) figura como um tipo de fim de um ciclo do espaço tropical/climático.

Geopolíticas do pós guerra: os Trópicos comuns?

Descolonizações e eufemização

- 80 Esse ciclo de estabelecimento e depois de contestação do espaço tropical ‘em si’ liberou-o de sua conotação colonial, baseado no contexto geopolítico do pós segunda guerra mundial. No entanto, a emergência desses neo-Trópicos que formam um espaço simbólico gestado nas deliberações dos congresso internacionais do pós guerra resulta do entrecruzamento de vários processos. A queda dos impérios foi certamente um fator maior de transformação, deslegitimando o termo colonial que foi substituído, por exemplo, por “ultramarino” (*overseas*), que eufemiza a colonização pelo uso de uma figuração espacial, ou de “territórios dependentes” forjado pela administração dos Estados Unidos desde antes do fim da guerra. Os novos equilíbrios mundiais do pós guerra, com a aparição da potência americana e muito rapidamente a Guerra Fria e a concorrência dos Blocos comunista e liberal reconfiguram também o espaço planetário. A afirmação dos países resultantes da descolonização e dos países “não alinhados” constitui uma terceira dimensão dos reequilíbrios do pós segunda guerra mundial. Para a disciplina, as evoluções são muito mais complicadas e mais conflituosas que algumas apresentações sumárias de história da geografia o fazem crer (na França particularmente), que fazem suceder as geografias colonial, tropical e do desenvolvimento (cf. Bruneau, 1989). Entretanto, os grupos nacionais de geógrafos e os indivíduos adotaram posturas diferentes diante da descolonização, e seus programas de geografia mudaram, com o tempo.
- 81 No total, durante os anos oitenta, o “tropical” é objeto de tensões, o espaço tropical sendo despedaçado entre os esforços de eufemização da dominação colonial ou o distanciamento da relação colonial, no Centro, enquanto, nas colônias, os militantes realizam uma luta radical de descolonização acompanhando a reapropriação de sua história e de seu espaço que podia também passar por uma classificação de Trópicos. Podemos distinguir de quatro a cinco reconfigurações de espaço tropical que resultam desse aggiornamento.

Os trópicos revistados

- 82 Uma primeira reconfiguração consiste na apreensão do espaço tropical como *espaço especial*, que autoriza a promoção de um ramo particular da geografia. A promoção da “geografia tropical” na disciplina se efetuou imediatamente depois da guerra, com o sucesso internacional do livro de Pierre Gourou (1947), *Os países tropicais*. Integrando as

duas partes principais da geografia, o autor singulariza os trópicos úmidos desde as primeiras linhas:

“Os países quentes e chuvosos tem sua própria geografia física e sua geografia humana original” (Gourou, 1947, p. 1)

- 83 Gourou, então professor de geografia colonial em Bordeaux ascendia no mesmo ano à cadeira do Collège de France intitulada “Estudo do mundo tropical (geografia física e humana)”. Esse ramo da geografia tropical iria se tornar um dos pilares da geografia francesa dos anos 1950 aos 1970-80.
- 84 Traduzido para o inglês sobre o título de *The Tropical World* (1953), a obra teve uma grande influência em todo mundo: ela teria dado impulso no mundo anglófono aos estudos consagrados à “*tropical geography*” (Driver e Yeoh, 2000, p. 2). O caso das revistas de geografia desenvolvidas nas ex-colônias britânicas na península da Malásia é um efeito típico dessa difusão, seja na semelhança do domínio científico seja do rótulo (Power, Sidaway, 2004): criado em 1953, a nova revista é intitulada primeiramente *Malayan Journal of Tropical Geography* (1953-57) depois, postas algumas transformações, ela se cinde em duas em 1980, e surge o *Malaysian Journal of Tropical Geography* em Cingapura. É aqui, depois de um número de 2000, que a crítica pós colonial da *tropicality* e da obra de Pierre Gourou em particular, se desenvolvem.

Trópicos normalizados

- 85 No entanto, podemos *normalizar* o espaço tropical? A estruturação do espaço tropical foi de fato atrapalhada, no pensamento de alguns geógrafos, em relação ao que ela era no tempo de sua associação intrínseca com o colonial. Assim, com a promoção programática de uma *geografia zonal* (De Martonne, 1946), há efetivamente a ‘des-excepcionalização’ dos Trópicos que foi produzida, na geografia francesa notadamente, pela sua inscrição explícita em um esquema planetário zonal. Então, o espaço tropical passa de uma ontologia singular, ou em todo caso construída em uma relação hierárquica com o espaço temperado, a uma ontologia banal, porque está referenciada em um espaço planetário em seu conjunto. Assim, o “espaço temperado” perde seu privilégio, ele perde o papel de norma que ele teve até então.
- 86 Essa normalização do espaço tropical é sensível em um texto que Emmanuel de Martonne publicou em 1946 sobre o título “Geografia zonal. A geografia tropical”. Nesse texto, o autor concede cidadania à geografia zonal no pensamento ocidental; e ele apadrinha essa legitimação científica do esquema pela mobilização do tropical. A novidade da representação que De Martonne coloca em destaque, aparece claramente se compararmos sua proposta com um texto que ele publicou trinta anos antes: nesse artigo intitulado “O clima, fator do relevo” (1913), o mundo tropical era qualificado de “exótico”, de “especial”, e era depreciado sendo “excessivo”; ora esses três termos desaparecem do léxico em 1946. Se De Martonne taxa ainda o mundo tropical de “original”, ele o constrói como plenamente relevante para a “economia geral de nosso planeta” e como fonte dos fenômenos climáticos na escala da terra. Certamente, De Martonne trata sobretudo a geografia física, – seu domínio de predileção e onde a expressão chave “erosão normal”, que era de fato indexada no países temperados, encontrava sua relevância –; mas, ele não separa seu raciocínio da geografia humana, que poderia portanto, ela também, se construir fora da normalidade temperada.

Decentralizar ou inverter a visão

87 Entretanto, muitos documentos arquivados manifestam que o etnocentrismo europeu perde sua legitimidade no período imediatamente posterior à guerra. Assim, encontramos uma troca epistolar entre De Martonne e Jean Gottmann no início de 1946, onde De Martonne critica abertamente o etnocentrismo e os apóstolos da normalidade temperada:

“Você tem razão de perguntar ‘O que é o normal?’ Mas, se deveria responder ‘O normal é o que o homem que pergunta está acostumado a ver’. E por que é difícil ‘sustentar hoje’ que a Europa é a normalidade. Também era difícil ontem e mesmo é certo que a Ásia era mais populosa que a Europa na Idade Média [...] Huntington...? Taylor? [...] Eu jamais pude levar Huntington a sério” (Arquivos Gottmann)

88 Essa provocação remete ao tropicalismo: o autor visado é Ellsworth Huntington, o geógrafo americano que, desde suas primeiras publicações nos anos 1910 até os anos 1950, explicou que o valor da civilização dependia do clima, atribuindo à variabilidade do tempo na “zona ciclônica” o desenvolvimento dos povos superiores. Como mostram seus mapas, a zona ciclônica, que determina sua “energia”, é essencialmente a zona temperada do hemisfério norte: portanto, uma variante do tropicalismo, acompanhado de racismo.

89 Desde os anos trinta os geógrafos tais como Jean Dresch¹⁸ foram militantes anticolonialistas; outros evocaram a *inversão do olhar* que do que foi a relação colonial: assim Jacques Weulersse afirmava em 1946¹⁹:

“Muito frequentemente... nós vemos a colonização através dos olhos metropolitanos... Nós deveríamos fazer o inverso... [...] Nós devemos nos aproximar com os olhos de Deli ou de Dakar ou mesmo com os da aldeia na floresta, das plantações... das fábricas... Essa reversão de perspectiva reflete... a mudança do fenômeno colonial em si. Hoje a iniciativa passou do colonizador ao colonial”

O desenvolvimento

90 Enfim, entre as representações dos Trópicos no Centro houve sua banalização como *lugar de desenvolvimento*. Isso nada mais é que integrá-lo na diferenciação dos meios naturais e biológicos subsumido pelo esquema zonal, mas dentro do esquema de um espaço econômico, o da modernização, que institui um espaço homogêneo ao plano planetário. Na política mundial estadunidense do pós guerra, o desenvolvimento tornou-se a palavra de ordem para um intervenção global e em particular para os programas de ajuda técnica e econômica aos “territórios dependentes”. Formulados pelo presidente Truman e por seus conselheiros, eles foram sustentados notadamente pelos geógrafos tais como Bowman e os especialistas, como Lawrence Martin, reunidos no interior do Office of Strategic Service (OSS) durante a guerra (Smith, 2003).

91 Vimos que o número de participantes nos congresso de geografia do pós guerra assinala o horizonte de ação que se integra bem, inclusive, na geografia aplicada para a qual eles militavam na época: desde o congresso de Washington, seus relatórios sobre a geografia nos trópicos estão repletos de programas patrocinados pelas organizações nacionais que foram montadas durante essa nova guerra mundial (alguns foram criados a partir dos anos trinta mas eles vegetaram, tendo os geógrafos contribuído pouco para essas pesquisas aplicadas, comparativamente a outros cientistas, como os naturalistas, cf. Bonneuil, 2000).

92 Entre eles existe o geógrafo britânico Steel que, no congresso, se distanciou várias vezes do viés tropicalista, embora se refira ao mundo Tropical de forma durável. Ele destacava,

por exemplo, em Lisboa, que os problemas que ele estudava e os que os administradores coloniais encontravam, eram em grande parte problemas universais, como o da urbanização, por exemplo. Mas, em 1964, ao lado de sua crítica à geografia tropical de Gourou (visando-a explicitamente), ele afirma a existência de uma escola que compreende todos os autores reunidos em seu livro e que alinha o espaço tropical sobre o resto do mundo:

“a geografia tropical’ nada mais é que o estudo das áreas tropicais pelos geógrafos, segundo as aproximações e os métodos geralmente similares aos utilizados para o estudo de qualquer outra parte do mundo” [‘the geography of the tropics’ implies no more – that the study by geographers of tropical area, adopting, in general, similar approaches and methods to those used in the studies of any part of the world] (Steel, 1964, p.2)

- 93 Esse autores reunidos em *Geography and the tropics* são essencialmente do departamento de geografia de Liverpool, onde Steel implantou há muito tempo atrás os estudos sobre o desenvolvimento dos países do Império britânico e depois do mundo inteiro. É portanto nessa antiga metrópole imperial típica que Steel marca seu engajamento nessa disciplina modernizadora, a geografia do desenvolvimento, que Marcus Power e James D. Sidaway (2004) apresentam como um deslocamento, muito tardio (próximo do fim dos anos 1960), da geografia tropical (os geógrafos britânicos radicais como Keith Buchanan se orientam como eles pois utilizam a noção de Terceiro Mundo desenvolvida na França e as teorias da dependência).

A tropicalidade militante

- 94 A tropicalidade foi também “militante”, segundo a expressão de Daniel Clayton (2012): os povos colonizados por sua parte reconfiguraram o espaço tropical pela ação (a guerra, o levante revolucionário) ou pela voz de militantes anticolonialistas. Em um artigo consagrado à luta subversiva das vítimas da colonização (os próprios “tropicalizados”) ele destaca que a *tropicality* não é um assunto apenas da crítica pós colonial: os trópicos foram reconfigurados entre os anos 1940 e 1970 pelos discursos e as práticas contra-hegemônicas, em particular pela mobilização material e simbólica do terreno tropical na guerrilha. Na América Latina, no Vietnã, a montanha tropical ou a floresta tornavam-se recurso.

- 95 Tratando-se do domínio cultural, D. Clayton destaca em particular o papel do poeta surrealista Aimé Césaire, que é emblema de uma luta contra a estigmatização e a despossessão dos colonizados. Sua revista *Tropiques*, que ele criou na Martinica em 1941, foi uma plataforma contra a alienação colonial e um chamado à construção de uma identidade própria pela subversão dos valores associados a um espaço de fato desnaturalizado pelo discurso colonial. No seu *Discurso sobre o colonialismo* (1955), como militante político, ele denunciava radicalmente o tropicalismo difuso dos autores franceses, sejam eles escritores, filósofos ou especialistas de ciências humanas e sociais, que eram, segundo ele, com sua eventual boa fé, os “cães de guarda do colonialismo” (Césaire, 1955, p. 39); – e citava entre eles, particularmente, Gourou:

“De Gourou, seu livro: *Os países tropicais*, onde, entre as análise justas, a tese fundamental se expressa parcial e inadmissível, que não existiu jamais a grande civilização tropical, o germe da civilização vem e só pode vir de outro lugar extra-tropical e que sobre os países tropicais pesa, omitindo ao menos a maldição biológica das raças, mas com as mesmas consequências, uma não menos eficaz maldição geográfica” (Césaire, 1955, p. 39-40)

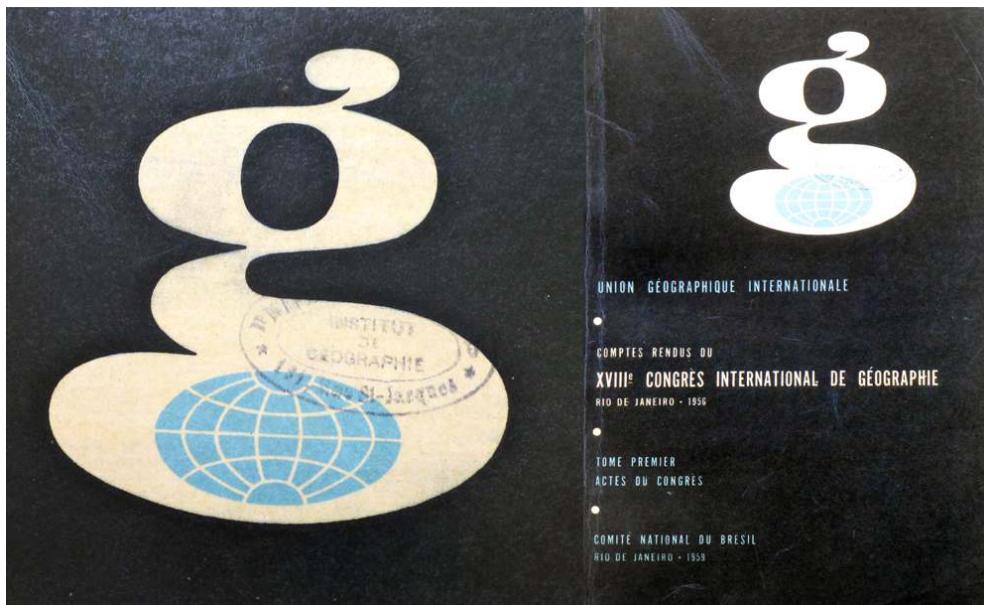
O Brasil como lugar de emergência inter-nacional do tropical: um espaço-quimera

- 96 Nas variadas reconfigurações e muitas vezes contraditórias dos trópicos na geografia dos anos quarenta-sessenta, as cidades de congresso como o Rio de Janeiro e Londres/Liverpool são os *lugares privilegiados*, lugares de emergência para o Rio (1956) e de dissolução para Liverpool (1964).
- 97 Para o congresso ocorrido no Brasil, o qual nos concentraremos aqui, esboçaremos três aspectos das espacialidades desse encontro internacional de geógrafos: as virtudes do encontro coletivo *in situ*; a constituição do país sede em um espaço complexo constituído pelos espaços plenos de sentido para todos os participantes, porém heterogêneos; o empréstimo ao país de representações variadas (tropical e desenvolvimento), e talvez de representações senão do tropical contra-hegemônico ao menos de representações autóctones da tropicalidade.
- 98 Mas, essas hipóteses deveriam ser aprofundadas por uma pesquisa mais exaustiva sobre os documentos publicados, nos arquivos dos congressos e sobre as reações pessoais dos participantes.

A legitimização pelo encontro nos lugares

- 99 A frequentação comum dos lugares (Rio de Janeiro, a capital²⁰, e sua Escola naval, sede do congresso; o Brasil inteiro, pois uma dezena de excursões foram propostas antes ou depois do congresso), autoriza sem nenhuma dúvida a homologação de um espaço tropical pela comunidade internacional dos geógrafos que se reuniram em 1956 [fig. 4]. Estar no lugar, face à face, *in situ* com os autóctones, é uma condição de possibilidade da reconfiguração dos espaços que se produzem ali. O encontro nesse lugar supõe com efeito o reconhecimento da legitimidade dos colegas organizadores, que foram admitidos em 1952 no aceite oficial do convite feito pelos Brasileiros para o próximo congresso²¹, e a afluência ratifica a legitimidade dessa escolha, enquanto a discussão *in situ* e a prática de excursões sob a direção dos geógrafos do país supõe a divisão da atenção entre um espaço e uma mudança confiante de diagnósticos. Presentes nos discursos oficiais de abertura e encerramento do congresso, todas essas ideias figuram também em filigrana nos diversos resumos publicados após o congresso e nos preparativos diplomáticos da reunião.

Figura 4 – Capa das atas e logotipo do congresso internacional de geografia do Rio de Janeiro (1956)



- 100 Como exprimem as propostas de Maximilien Sorre colocas em destaque nessa parte, a visão coletiva do território brasileiro serviu como um certificado de autenticidade de sua própria geografia. Com efeito, o geógrafo francês retoma, para usar a fórmula clássica em que Vidal de la Blache, o uso do conceito de conectividade geográfica: *o encadeamento dos fenômenos em um lugar*. Se seguirmos o texto de Sorre, o congresso normalizou os trópicos adotando “o mundo tropical como uma grande entidade geográfica em que todas as características se encadeiam”: ele o insere aqui no esquema zonal e, o fazendo, Sorre encontra o discurso de De Martonne.
- 101 A expressão da paridade que o espaço brasileiro adquiriu com os outros espaços planetários pela sua frequentaçāo *de visu* e *in situ* (“*in the field*”, “*on the ground*”, dizem os resumos dos anglófonos), se encontra nos discursos oficiais.
- 102 É em particular no caso dos discursos brasileiros, impregnados de comtismo, que recapitulam todas as questões dos congressos internacionais de geógrafos antes de especificar o que o Brasil traz de novo. O presidente do comitê de organização, Jurandyr Pires Ferreira, evoca assim em seu discurso de boas-vindas como as mudanças culturais possíveis através desses encontros são benéficas à ciência; ele coloca que um outro exame comum dos problemas geográficos próprios à cada região do mundo é uma condição necessária para a produção de um conhecimento geográfico universal, e ele felicita a UGI por sua ação. É então que ele especifica o aporte do Brasil, sua tropicalidade, e é aqui, desde o primeiro discurso, que o conteúdo tropical é dado ao congresso.
- 103 Na tribuna, o presidente da República, Juscelino Kubitschek de Oliveira retoma esses diferentes temas e insiste no fato que o encontro internacional é um reconhecimento da maturidade alcançada pela ciência geográfica brasileira. Enfim, fazendo eco ao programa ‘tropicalizante’ anunciado precedentemente, ele articula a vitalidade da geografia (disciplina) brasileira com a geografia (qualidade dos lugares) do Brasil:
- “Nossa geografia por si mesma explicaria o nosso vivo interesse pelos estudos geográficos, se êstes não constituíssem um dos grandes ramos hodiernos no saber universal” (Atas, 1959, p. 155).

¹⁰⁴ Na conclusão do congresso, o secretário geral do comitê de organização, O'Reilly Sternberg, celebra a afluência do congresso que foi centrado sobre “os problemas dessa grande entidade geográfica, o mundo dos trópicos” [*the problems of that great geographical entity, the world of the tropics*] (Atas, 1959, p. 168).

¹⁰⁵ No fim do congresso, os discursos conclusivos dos membros oficiais da UGI insistem na excelência da comunidade geográfica do Brasil encarnada no seu Comitê nacional e pelo seu comitê de organização, e tudo acontece como se, por uma metonímia, a legitimidade de uns (os geógrafos brasileiros) desembocassem na legitimidade do outro (o território brasileiro).

Vários mundos significantes

¹⁰⁶ Mas a configuração das representações espaciais que os congressistas têm do Brasil no momento do congresso merece análise. O presidente da UGI, Dudley Stamp, felicita assim os organizadores pelo total sucesso do congresso que ele toma sob o signo de ‘primeiro’

“Esse é o primeiro Congresso internacional de geografia que ocorre no Hemisfério Sul, o primeiro nos trópicos, o primeiro na América Latina, e o primeiro no Brasil” [*this is the first International Geographical Congress to be held in the Southern Hemisphere, the first in the tropics, the first in Latin America and the first in Brazil*] (Atas, 1959, p. 156).

¹⁰⁷ Para o secretário geral do Comitê de organização, o Brasil é

“o mais significante transplante em baixa latitude daquilo que se chama civilização ocidental” [*The most significant low latitude transplant of what is known as western civilization*] (Atas, 1959, p. 168).

¹⁰⁸ Os geógrafos estadunidenses situam o Brasil em seu próprio domínio, o *Western Hemisphere*²². Enfim, segundo a imprensa, os Soviéticos (presentes pela primeira vez) estimam que “O Brasil pode e deve ser o precursor da ciência tropical” (*Correio da Manhã*, Rio de Janeiro, 19 Set. de 1956²³).

¹⁰⁹ O Brasil é portanto, para a maior parte dos grupos participantes, “pertencente ao seu próprio mundo”, sendo cada um desses mundos diferentes de seus vizinhos, mas ainda assim ocidental (e independente há bastante tempo, o que não é dito). Ele é admitido em um espaço comum. Os geógrafos reunidos no Rio constroem o Brasil como um espaço-quimera, composto de espaços legítimos e heterogêneos. Eles também são autenticados no lugar de seu conteúdo “tropical” reivindicado localmente pelos geógrafos e pelas mais altas autoridades do Brasil. Talvez deva-se olhar a coalescência do papel dos intelectuais brasileiros, como o sociólogo Gilberto Freyre, bem conhecido internacionalmente na época²⁴ e que David Arnold (1996, p. 161-162) cita notadamente seu livro de 1959, *New World in the tropics: the Culture of Modern Brazil*, ressaltou a forte contribuição na defesa de uma tropicalidade positiva.

¹¹⁰ Destacando os vários espaços mentais legítimos, o Brasil pôde constituir um catalizador, – um espaço suficientemente híbrido para servir de lugar de uma coprodução desse espaço simbólico “espaço tropical” simplesmente que é a marca desse congresso.

¹¹¹ Nesse contexto integrador, senão normalizador, vários países novos entram na UGI em 1956, muitas ex-colônias e territórios africanos ainda dependentes que estão inscritos no novo estatuto de “membros associados” criado no Rio: a África ocidental francesa, o Quênia, a Nigéria e o Sudão.

¹¹² Tentamos mobilizar em torno da atividade dos congressos internacionais de geografia as ferramentas de análise espacial das ciências, observando essa organização que foi

desenvolvida a partir o fim do século XIX como uma das quais os geógrafos se propuseram, para além do quadro nacional/imperial, constituir uma representação coletiva do mundo contemporâneo. Nos perguntamos como é efetuada, nesse quadro, com os meios de observação e de transporte das informações mutáveis, a construção de uma rede de análise em escala planetária e a mobilização de dados locais. Entre as direções da pesquisa sugeridas pelos autores que foram pioneiros nesse campo, insistimos na detecção dos lugares, em diferentes escalas, onde se fazia o trabalho de produção internacional do saber geográfico. Nos espaços de trabalho que constituem os diferentes lugares de encontros internacionais (as cidades e os países de congresso), compreendendo os países de origem dos congressistas e dos membros oficiais da organização. Entre os espaços de escala superior evocamos o papel de alguns dos espaços específicos da coleta e da produção de saberes geográficos, e particularmente o *campo*, o qual contribui para organização itinerante dos congressos, que abre aos geógrafos uma prática ‘sobre o tema’ de seu material de pesquisa e em que as excursões oferecem a experiência de uma observação coletiva.

113 Insistimos nas várias formas de espaços mentais que foram mobilizadas e coconstruídas ao longo dos congressos internacionais. O caso dos Trópicos é emblemático na imbricação de diversos gêneros de espaços mentais que nutrem de fato a produção do saber geográfico. Alternadamente o “outro” no esquema colonial, o “normalizado” no esquema zonal, o “invalidado” no espaços homogêneo da modernização econômica e o espaço tropical sob o qual trabalham os geógrafos reunidos nos congressos internacionais está inscrito nos espaços mentais de diversas ordens. Eles estão primeiramente inscritos no meta-espacoo terrestre (o “todo terrestre” de alguns geógrafos e da geografia geral), das representações da terra que configuraram o projeto dos geógrafos: o espaço totalmente explorado ou “finito” dos anos 1870, o “mundial” da virada dos séculos XIX e XX, o “transbordar” dos anos trinta e enfim o “sistema-mundo” contemporâneo. As escalas maiores também são ressaltadas pelos esquemas propriamente geográficos como o esquema zonal ou climático, ou mesmo o esquema continental, ou ainda o esquema hemisférico que podem (como o todo terrestre) ser o resultado de uma construção do saber. Mas, esses espaços mentais resultam também de representações ideológicas mais comuns, induzidas fortemente, durante o período considerado, pelo colonialismo ou pelo imperialismo.

114 Na situação de colaboração internacional, as representações comuns são em parte compartilhadas, em parte antagônicas, de acordo com o momento. Também os espaços de trabalho dos congressos são regulados – espaço mundial e assim idealmente despoliticizado, tecnificado ou padronizado. As vezes, as regulações explodem sob o golpe da realidade geopolítica. Os lugares de congresso se parecem: eles constituem os espaços de trabalho comparáveis em duração (regidos notadamente pelas leis espaciais como a lei da gravidade e pelas relações centro-periferia duráveis), que evoluíram no tempo, sendo que alguns lugares dos congressos tiveram uma virtude própria de favorecer a condensação e emergência dos novos saberes. Eles ganham, então, outros formatos pela interferência dos espaços mentais que foram ativados. Não que o gênio dos lugares seja compreendido livremente, como por magia. Mas porque os espaços materiais e mentais que são conjugados fazem sentido não apenas para os participantes do congresso, pois produziram uma emergência dentro de algumas conjunturas espaço-temporais de legitimidade e de confiança entre os indivíduos e grupos presentes ou representados, que puderam significar uma normalização ou uma exclusão divulgada para os outros.

BIBLIOGRAPHY

- Agnew John A., Livingstone David N. (eds), 2011, *Geographical Knowledge*, The Sage Handbook.
- Arnold David, 1996, « Inventing tropicality », in : Arnold David (éd.), *The Problem of Nature : Environment, Culture and European Expansion*, Oxford, Blackwell, p. 141-168.
- Arrault Jean-Baptiste, 2007, *Penser à l'échelle du Monde. Histoire conceptuelle de la mondialisation en géographie (fin du XIXe siècle/entre-deux-guerres)*, Thèse de doctorat, Université de Paris I. [<http://tel.archives-ouvertes.fr/tel-00261467>].
- Besse Jean-Marc, 2004, « Le lieu en histoire des sciences. Hypothèses pour une approche spatiale du savoir géographique au XVIe siècle », MEFRIM, t. 116, 2, p. 401-422.
- Bonneuil Christophe, 2000, « Development as experiment : Science and State building in late colonial and postcolonial Africa, 1930-1970 », *Osiris*, 15, p. 258-281.
- Bowd Gavin, Clayton Daniel, 2005, « French tropical geographies: Editor's introduction », *Singapore Journal of Tropical Geography*, 26 (3), p. 271-288.
- Bowman Isaiah, 1931, *The Pioneer Fringe*, New York, American Geographical Society.
- Bowman Isaiah, 1934, « Pioneer Settlement », in : *Comptes rendus du Congrès international de géographie*. Paris 1931, Paris, Armand Colin, t. III, p. 279-280.
- Bruneau Michel, 1989, « Les géographes et la tropicalité : De la géographie coloniale à la géographie tropicale et ses dérives », in : Bruneau Michel, Dory Daniel (dir.), *Les enjeux de la tropicalité*, Paris, Masson, p. 67-81.
- Césaire Aimé, 1955, *Discours sur le colonialisme*, Paris, Editions Présence africaine éd. 2011).
- Clayton Daniel, 2012, « Militant tropicality : war, revolution and the reconfiguration of the 'tropics' c. 1940-c. 1975' », *Transactions of the Institute of British Geographers*, 10.1111/j.1475-5661.2012.00510.x
- Clayton Daniel, Bowd Gavin, 2006, « Geography, tropicality and postcolonialism : Anglophone and francophone readings of the work of Pierre Gourou », *L'Espace géographique*, 35 (3), p. 208-221.
- Collignon Béatrice, 1996a, « Les commissions, 'l'organe le plus important de l'UGI' », in : Marie-Claire Robic, Anne-Marie Briand, Mechtilde Rössler (dir.), *Géographes face au monde. L'Union géographique internationale et les congrès internationaux de géographie*, Paris, Montréal, L'Harmattan, p. 117-146.
- Collignon Béatrice, 1996, « Congrès et conférences régionales » in : Marie-Claire Robic, Anne-Marie Briand, Mechtilde Rössler (dir.), *Géographes face au monde. L'Union géographique internationale et les congrès internationaux de géographie*, Paris, Montréal, L'Harmattan, p. 87-116.
- Comptes rendus du congrès international de géographie, Amsterdam 1938, 12. Rapports, 1938, Leiden, E.J.Brill.
- Comptes rendus du congrès des sciences géographiques, cosmographiques et commerciales, tenu à Anvers du 14 au 22 août 1871, Anvers, 1872, vol. 1.

- Desrosières Alain, 2000, « L'histoire de la statistique comme genre : style d'écriture et usages sociaux », *Genèses*, 39, juin 2000, p. 121-137.
- Driver Félix, Yeoh Brenda, 2000, « Constructing the Tropics : Introduction », *Singapore Journal of Tropical Geography* 21 (1), p. 1-5.
- Dubois Jean-Jacques, 1972, « Essai sur les professions des membres des congrès », in : Pinchemel Philippe (dir.), *La géographie à travers un siècle de Congrès internationaux*, Caen, UGI, p. 50-53.
- Feuerhahn Wolf, Rabault-Feuerhahn Pascale, 2010, « Présentation : la science à l'échelle internationale », *Revue germanique internationale*, 12 [La fabrique internationale de la science. Les congrès scientifiques de 1865 à 1945], p. 5-15.
- « Géographie/Anticolonialisme. Jean Dresch », 1978, *Hérodote*, 11.
- Fosberg F.R., Garnier B.J., Kücher A.W., 1961, « Delimitation of the Humid Tropics », *The Geographical Review*, LI (3), p. 333-347.
- Gourou Pierre, 1947, *Les Pays tropicaux. Principes d'une géographie humaine et économique*, Paris, PUF [The Tropical World (1953)].
- Gourou Pierre, 1977, « Jacques Weulersse, 1905-1946 », *Geographers. Biobibliographical studies*, Mansell, p. 107-112.
- Hamelin Louis, 1979, « Géographies canadienne et mondiale », *Actes du congrès. 22^e Congrès international de géographie*, 1972, Montréal, Ottawa, Alphatex.
- Harris Chauncy, Mechtild Rössler, 1996, « 'On political issues...' Chauncy Harris interviewed by Mechtild Rössler », in : Robic Marie-Claire, Briand Anne-Marie, Rössler Mechtild (dir.), p. 291-304.
- Harris Steven J., 1998, « Long-distance corporations, big sciences, and the geography of knowledge », *Configurations*, 6, p. 269-304.
- Heffernan Michaël, 2011, « Learned Societies », in : Agnew John A., Livingstone David N. (eds), *Geographical Knowledge*, The Sage Handbook, p. 111-125.
- Heffernan Michaël, 2011, « La mise en ordre du Sud : la carte de l'Amérique espagnole par l'American Geographical Society », in : Blais Hélène, Deprest Florence, Singaravelou Pierre (dir.), *Territoires impériaux. Une histoire spatiale du fait colonial*, Paris, Publications de la Sorbonne, p. 141-167.
- Jacob Christian (dir.), 2007, *Lieux de savoir. 1. Espaces et communautés*, Paris, Albin Michel.
- Kish George, 1972, « The participants », in : Pinchemel Philippe (dir.), op. cit., p. 35-53.
- Laurière Christine, 2010, « La discipline s'acquiert en s'internationalisant. L'exemple des congrès internationaux des américanistes (1875-1947) », *Revue germanique internationale*, 2010, 12, p. 69-90.
- Leclerc Jacques, 1989, « Amsterdam 1938, un tropique bien blanc, sinon rien », in : Bruneau Michel, Dory Daniel (dir.), *Les enjeux de la tropicalité*, Paris, Masson, p. 91-97.
- Livingstone David N., 1992, *The Geographical Tradition*, Oxford, UK-Cambridge, USA, Blackwell.
- Livingstone David N., 1995, « The spaces of knowledge : contributions toward a historical geography of science », *Environment and Planning. Society and space*, p. 13-42.
- Livingstone David N., 2000, « Tropical hermeneutics : Fragments for a historical narrative », *Singapore Journal of Tropical Geography*, 21(1), p. 92-98.

- Livingstone David N., 2003, *Putting science in its place. Geographies of scientific knowledge*, Chicago, University of Chicago Press.
- Livingstone David N., Withers Charles W.J. (ed.), 2011, *Geography of Nineteenth-Century Science*, University f Chicago Press.
- Martonne Emmanuel (De), 1905, « Le VIIIè Congrès international de géographie (Washington, 1904) et sa grande excursion dans l'Ouest et au Mexique », *Annales de géographie*, p. 1-22.
- Martonne Emmanuel (De), 1913, « Le climat facteur du relief », *Scientia* 13, p. 338-355.
- Martonne Emmanuel (De), 1946, « Géographie zonale. La zone tropicale », *Annales de géographie*, p. 1-18.
- Pearson A., Heffernan Michaël, 2009, « The American Geographical Society's Map of Hispanic America : Million scale mapping between the war », *Imago Mundi*, 61, p. 1-29.
- Pinchemel Philippe (dir.), 1972, *La géographie à travers un siècle de Congrès internationaux*, Caen, UGI.
- Power Marcus, Sidaway James D., 2004, « The Degeneration of Tropical Geography », *Annals of the Association of American Geographers*, 94 (3), p. 585-601.
- Prochasson Christophe, 1989, « Les Congrès : lieux de l'échange intellectuel. Introduction », Mil neuf cent. *Revue d'histoire intellectuelle*, 7, p. 5-8.
- Pumain Denise, 1972, « Essai sur les effets de localisation des congrès », in : Philippe Pinchemel (éd.), op. cit., p. 192-194.
- Rabault-Feuerhahn Pascale, 2010, « 'Les grandes assises de l'orientalisme'. La question interculturelle dans les congrès internationaux des orientalistes (1973-1912) », *Revue germanique internationale*, 12, p. 47-69.
- Rasmussen Anne, 1995, *L'internationale scientifique (1890-1914)*, Paris, Thèse EHESS, 2 vol.
- Report of the 6th international geographical congress held in London, 1895, Ed. by the secretaries, 1896, London, John Murray.
- Robic Marie-Claire, Briand Anne-Marie, Rössler Mechtild (dir.), 1996, *Géographes face au monde. L'Union géographique internationale et les congrès internationaux de géographie*, Paris, Montréal, L'Harmattan.
- Robic Marie-Claire, 2006, « A crise dos anos trinta e a emergência de novos temas na geografia », in : Angotti-Salgueiro H. (org.), *Pierre Monbeig e a geografia humana brasileira : a dinâmica da transformação*, São Paulo, EDUSC, IEB, FAPESP, p. 37-55.
- Robic Marie-Claire, 2008, « Tropicalisme, zonalité, géographie tropicale », in : Hélène Velasco-Gracié (dir.), *Les tropiques des géographes*, Bordeaux, Maison des sciences de l'homme d'Aquitaine, p. 47-62.
- Robic Marie-Claire, 2009, « La crise des années trente et la tension vers l'expertise géographique : expériences françaises et internationales. Une nouvelle frontière ? », *Confins*, n° 5, [<http://confins.revues.org/5652>] (version modifiée de Robic, 2006).
- Robic Marie-Claire, 2010, « A propos de transferts culturels. Les congrès internationaux de géographie et leurs spatialités », *Revue germanique internationale*, 12, p. 33-45.
- Smith Neil, 2003, *American Empire. Roosevelt's geographer and the prelude to globalization*, University of California Press.
- Said Edward W., 1978, *Orientalism*, London.

Schroeder-Gudehus Brigitte, 1986, « Pas de Locarno pour la science. La coopération scientifique internationale et la politique étrangère des Etats pendant l'entre-deux-guerres », *Relations internationales*, 46, p. 173-194.

Sorre Maximilien, 1957, « Le Congrès international de géographie de Rio de Janeiro », *Annales de géographie*, p. 1-4.

Steel Robert W., 1964, « Geographers and the tropics », in : Steel Robert W., Mansell Prothero R. (eds), *Geography and the Tropics : Liverpool Essays*, London, Longman, p. 1-29.

Théry Hervé, 1989, « Le Brésil est-il un pays tropical ? », in : Michel Bruneau, Daniel Dory (dir.), *Les enjeux de la tropicalité*, Paris, Masson, p. 58-64.

Velasco-Graciet Hélène (dir.), 2008, *Les tropiques des géographes*, Bordeaux, Maison des sciences de l'homme d'Aquitaine.

Vidal de la Blache Paul, 1910, « La carte internationale du monde au millionième », *Annales de géographie*, p. 1-7.

Volle Dominique, 1996a, « La carte des Etats : vers la couverture du monde ? », in : Robic Marie-Claire, Briend Anne-Marie, Rössler Mechtilde (dir.), op. cit., (p. 41-62).

Volle Dominique, 1996b, « L'universalité et ses limites », in : Robic Marie-Claire, Briend Anne-Marie, Rössler Mechtilde (dir.), op. cit., (p. 63-86).

UGI, 1959, *Comptes rendus du XVIII^e Congrès international de géographie*, Rio de Janeiro, 1956, t. 1 *Actes du Congrès*, Rio de Janeiro, Comité National du Brésil.

Withers Charles W.J., 2007, *Placing the Enlightenment : Thinking Geographically about the Age of Reason*, University of Chicago Press, Chicago&London.

APPENDIXES

Fontes de arquivo

Fonds Gottmann : Département des Cartes et Plans, Bibliothèque nationale de France.

Lettre manuscrite d'Emmanuel de Martonne à Jean Gottmann (6 septembre 1946). (je remercie Emmanuel Fabre de me l'avoir fait connaître).

Carnets de Vidal de la Blache : Archives de la bibliothèque du Centre de géographie, Institut de géographie (Paris, 191 rue Saint-Jacques)

National Academy of Science, Washington.

NOTES

1. Esse artigo retoma os estudos já publicados sobre o tema da espacialidade dos saberes, notadamente um artigo de um número da *Revue germanique internationale* dedicada às transferências culturais ligadas aos congressos internacionais (Robic, 2010) e um artigo publicado no livro dirigido por Hélène Velasco-Graciet consagrado aos “trópicos dos geógrafos” (Robic, 2008).

2. O estudo se apoia sobre as pesquisas anteriores relativas aos congressos internacionais de geografia e à União geográfica internacional: Marie-Claire Robic, Anne-Marie Briend, Mechtilde

Rössler (dir.), 1996: e, centralizado no período 1871-1972: Philippe Pinchemel (dir.), 1972; ver também Brigitte Schroeder-Gudehus, 1978.

3. Cf. os propósitos dos estudiosos alemães (anos 1890), citados por Wolf Feuerhahn e Pascale Rabault-Feuerhahn (2010), que visam a promoção de uma *Grosswissenschaft*, uma ciência “em escala industrial”.

4. Trabalharemos aqui sobretudo o período de 1871-1996 e, para a questão da tropicalidade, sobre o período 1871-1972. Privilegiaremos a referência aos geógrafos franceses para ilustrar alguns pontos.

5. Trabalhando sobre o período moderno (séculos XVI e XVIII), comprehende-se a astronomia, a cartografia, a geografia matemática e etnografia, a história natural, a meteorologia e a navegação... A expressão “big science” designa para o século XIX e XX os campos como a física, que mobilizam os recursos financeiros enormes e repousam sobre os programas de pesquisa articulando laboratórios gigantescos e equipes implantadas no mundo inteiro.

6. “Mundializar”, “mundialista” apareceriam nos anos 1930, “mundialização” e “globalização” nos anos 1980 (com aspas, eventualmente muito antes).

7. Essas exposições ou a visita dos museus etnográficos são também essenciais nos primeiros congressos internacionais dos orientalistas e dos americanistas (Rabault-Feuerhahn, 2010; Laurière, 2010).

8. Fonte: Arquivos americanos consultados por Mechtild Rössler (NAS).

9. Da mesma forma o Conselho internacional de pesquisas, criado no fim da Primeira Guerra mundial sob a égide das Academias de ciências dos países aliados, tornado Conselho internacional das uniões científicas em 1931 (conhecidos hoje pelo seu acrônimo inglês, ICSU), o qual a UGI é filiada. A criação de uma União mundial das sociedades de geografia fora desejada no congresso de Roma (1913).

10. “[...] we need to understand the tropics as a conceptual, and not just a physical space. [...] The tropics existed only in mental juxtaposition to something else – the perceived normality of the temperate lands” (Arnold, 1996, p. 142-143).

11. Cf., por exemplo, Livingstone, 1992, capítulo 7, sobre a saliência no mundo anglófono dessa “economia moral do clima”.

12. Eles são particularmente numerosos nesse congresso: se existem 32 delegados holandeses de 179 delegados oficiais eles representam ao todo um sexto e um terço das 72 comunicações apresentadas nessa seção provêm dos Países Baixos (Leclerc, 1989).

13. Os Franceses, os Britânicos e os Estadunidenses estão bastante subrepresentados nessa seção relativamente à sua presença no congresso (*Ibid.*).

14. O relatório foi lido por Robert Perret. Dresch não podia participar do congresso em Washington, pois ele era membro do partido comunista francês.

15. Eu agradeço muito Luisa Simões pela sua ajuda e suas traduções dos textos do congresso do Rio de Janeiro.

16. Segundo esse artigo, a UNESCO organizou uma conferência em Candy (Ceilão) em março de 1956 para definir seu projeto de programa de pesquisa sobre os trópicos úmidos. No decorrer dessa reunião, os cientistas presentes desenvolveram visões muito dispares sobre os fatores a serem levados em conta. Um botânico, Fosberg, da US Geological Survey propôs estabelecer um mapa de pequena escala e Küchler, professor de geografia da Universidade de Kansas, foi recrutado para esse feito. Ao mesmo tempo, por parte da UGI, P. Garnier, diretor do departamento de geografia em Ibadan (Nigéria), empreende um trabalho comparável fundamentado em dados metereológicos. O artigo compara os dois mapas e detalha os métodos utilizados.

17. T. Hills dirige, entretanto, uma bibliografia coletiva sobre o tema em 1960.

18. Ver o número de *Hérodote*, 1978, consagrado a Jean Dresh.

19. Testemunho de Pierre Gourou (1977) na sua notícia biobliográfica sobre Weulersse, p. 109.

20. Sob a presidência de Kubitschek (que honrou o congresso com sua presença), Brasília estava anunciada em 1956, mas não era ainda a capital federal.

21. A escolha dessa localização foi disputa imediatamente ao pós guerra, pois tratava-se de reatar os congressos internacionais da UGI e escolher um lugar de congresso aceitável para todas as partes. Desde os anos 1945-1946, os Aliados assim fazem combinações para decidir o próximo país sede e De Martonne, então presidente da UGI, devia votar nas cidades de Lisboa (escolhida em 1938), do Cairo e o Rio de Janeiro (cf. arquivos americanos consultados por Mechtild Rössler, NAS).

22. Assim, entre os geógrafos americanos consultados em 1946, Preston James teria optado pelo Rio, sendo que não era a concorrência geográfica que produziria essa escolha: “*Rio is one of the most active geographical center outside of the United States, in the western hemisphere*” (Arquivos US coletados por M. Rössler, NAS). Os anais do congresso de Washington dizem também que o número de participantes do 4º congresso panamericano de história e de geografia, também representantes do “*western hemisphere*”, se uniram ao CIG.

23. Fonte: Arquivos privados de H. Sternberg, M. Rössler, 1991, Berkeley.

24. Gilberto Freyre será citado também devido suas visões sobre o lusotropicalismo pelo presidente da UGI, Carl Troll, no congresso internacional de Londres (1964). Sobre os paradoxos e as ambiguidades da tropicalidade do Brasil ver também Théry (1989).

ABSTRACTS

O artigo aplica aos congressos internacionais de geografia, que ocorrem a partir de 1871, um método de análise centrado na inscrição espacial dos saberes. A autora considera os congressos como uma super-organização espacial do saber espacial cujo objetivo era, para além do marco nacional/imperial, o de conduzir uma representação coletiva do mundo contemporâneo. Ela discute primeiramente a universalidade do espaço abrangido por seus trabalhos e as relações entre os centros e as periferias que o constituem. Tomando o exemplo dos Trópicos, ela examina em seguida como alguns espaços mentais foram mobilizados e coconstruídos por esses congressos (pelos discursos, os debates, as excursões de campo, pela organização de comissões da pesquisa especializadas, etc.), e os efeitos de lugar que puderam configurar esses espaços segundo a localização dos congressos, os esquemas e divisões de mundo concorrentes, e a conjuntura geopolítica.

L'article applique aux congrès internationaux de géographie, qui se tiennent depuis 1871, une méthode d'analyse centrée sur l'inscription spatiale des savoirs. L'Auteure considère ces congrès comme une super-organisation spatiale de savoir spatial dont l'objectif était, au-delà du cadre national/impérial, de conduire une représentation collective du monde contemporain. Elle discute d'abord de l'universalité de l'espace concerné par ses travaux et des rapports entre les centres et les périphéries qui le constituent. Prenant l'exemple des Tropiques, elle examine ensuite comment certains espaces mentaux ont été mobilisés et coconstruits par ces congrès (par des discours, des débats, des excursions de terrain, par l'organisation de commissions de recherche spécialisées, etc.), et les effets de lieu qui ont pu configurer ces espaces selon la localisation des congrès, les schèmes et découpages du monde concurrents, et la conjoncture géopolitique.

El artículo aplica a los congresos internacionales de geografía, que ocurren a partir de 1871, un método de análisis centrado en la inscripción espacial de los saberes. La autora considera estos congresos como una súper-organización espacial de saber espacial cuyo objetivo es, más allá del marco nacional/imperial, el de conducir una representación colectiva del mundo contemporáneo. La autora discute en primer lugar la universalidad del espacio abarcado por sus trabajos y las relaciones entre los centros y las periferias que lo constituyen. Tomando el ejemplo de los trópicos, ella examina en seguida como ciertos espacios mentales fueron movilizados y co-construidos por estos congresos (por los discursos, debates, excusiones de campo, por la organización de comisiones de investigación especializadas, etc.), y los efectos de lugar que pudieron configurar estos espacios según la localización de los congresos, los esquemas y las divisiones del mundo antagónicas, y la coyuntura geopolítica.

The article applies to international geographical congresses, which have been held since 1871, a method of analysis centred upon the spatial inscription of knowledges. The Author considers these congresses to be a spatial super-organisation of spatial knowledge whose aim was, beyond the strictly national/imperial frame, to lead a collective representation of the contemporary world. She firstly discusses the universality of the space dealt with in its deliberations and the relations between centres and peripheries which constitute it. Taking as an example the Tropics, she then examines how certain mental spaces have been mobilised and co-constructed by these congresses (through speeches, debates, excursions in the field, the organisation of specialised research commissions, etc.), and the effects of place which have been able to configure these spaces according to the location of the congresses, the competing schemas and drawing of geographical entities, and the geopolitical situation.

Der Artikel befasst sich mit den Internationale Geographischen Kongressen, die seit 1871 stattfinden, und zwar mit einer Methode zur Analyse der räumlichen Dimension des Wissens. Die Autorin hält diese Kongresse für eine supra-Organisation räumlichen Wissens, deren Ziel es war, über die nationalen / imperial Rahmen hinaus, auf eine kollektive Repräsentation der Vertretung der heutigen Welt hinzuführen. Zunächst bespricht sie die Universalität des Raumes in dieser Arbeit und die Beziehung zwischen Zentren und Peripherien, die ihn bilden. Am Beispiel der Tropen untersucht sie, wie einige mentale Räume mobilisiert wurden und mitkonstruiert wurden durch diese Kongresses (durch Reden, Diskussionen, Feldeckursionen, der Organisation spezialisierter Forschungskommissionen, usw.) und die Auswirkungen der Orte, die diese Räume konfiguriert haben je nach dem Standort der Kongresse, der Schema und Konstruktionen der wettbewerbsorientierten Welten und der geopolitischen Situation.

INDEX

Keywords: geographical societies, international geographical congresses, mental space, spatiality, tropicalism, IGU, universality

Chronological index: 1871-1996

Palabras claves: congresos internacionales de geografía, espacio mental, sociedades geográficas, tropicalismo, universalidad

Schlüsselwörter: geistiger/mentaler Raum, geographische Gesellschaften, International Geographische Kongresse, Räumlichkeit, Tropikalismus, Universalität

Palavras-chave: congressos internacionais de geografia, espaço mental, sociedades de geografia, espacialidade, universalidade

Mots-clés: congrès internationaux de géographie, espace mental, sociétés de géographie, spatialité, tropicalisme, UGI, universalité

AUTHORS

MARIE-CLAIREE ROBIC

Laboratoire Géographie-cités (UMR 8504)
Equipe E.H.GO,
CNRS, Paris